2026

PLANO MUNICIPAL DE TURISMO

ROMELÂNDIA

CIDADE EMPREENDEDORA

SEBRAE

© 2026. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina - SEBRAE/SC

Todos os direitos reservados
É permitida a utilização desta obra, desde que citada a fonte e sem finalidade comercial.

Conselho Deliberativo do Sebrae/SC
Presidente: Renato Campos Carvalho - FECOMÉRCIO
Vice-Presidente: Antônio Marcos Pagani de Souza – FAESC

Entidades que compõem o Conselho Deliberativo do Sebrae/SC
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina – BADESC
Banco do Brasil S.A
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE
Caixa Econômica Federal – CAIXA
Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras – CERTI
Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina – FACISC
Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina – FAESC
Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina – FAMPESC
Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina – FCDL
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina – FECOMÉRCIO
Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços – SICOS
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI/DR-SC
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Conselho Fiscal
Titulares:
Fernando Pisani de Linhares – Presidente
Hamilton Peluso
Gilson Angnes
Suplente:
Eduardo Holz

Diretoria Executiva
Carlos Henrique Ramos Fonseca - Diretor Superintendente
Fabio Búrigo Zanuzzi - Diretor Técnico
Anacleto Ângelo Ortigara - Diretor de Administração e Finanças

Gerência de Desenvolvimento Territorial
Alan David Claumann

Gerência Regional Oeste
Udo Martin Trennepohl

Gestor do Projeto na Gerência Regional Oeste
Miguel Angelo Gomez Garrido

Coordenação Programa Cidade Empreendedora
Edgar Macedo Junior
Isabelle Lola Martha Ivanki
Minéia Silveira Moraes
Luana Baixo Ramos
Izadora Barbosa Araújo
Ismael Edgar da Silva
Thuany Ribeiro de Oliveira

Responsáveis Técnicos
Douglas Rodrigues
Talía Furlan

Revisão
Alessandra Koerich

Editoração e Projeto Gráfico
Rafaela Borella Venturini Papalia
Valeska Duarte Lacerda

SEBRAE

APRESENTAÇÃO

Plano Municipal de Turismo é uma solução dedicada ao planejamento estratégico e à valorização do potencial turístico dos municípios de Santa Catarina. A partir de ações de diagnóstico, capacitação, orientação e incentivo, o plano impulsiona o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao turismo sustentável, promovendo experiências que refletem as tradições, paisagens e vocações locais.

Além de estimular o empreendedorismo e a geração de renda, a iniciativa atua como um importante instrumento de preservação do patrimônio cultural e natural, conectando passado, presente e futuro por meio do fortalecimento da identidade turística regional.

Essa iniciativa integra o **programa Cidade Empreendedora, do Sebrae/SC,** e representa uma estratégia concreta para transformar os municípios, acelerando e sustentando o desenvolvimento socioeconômico local, com foco na melhoria do ambiente de negócios das micro e pequenas empresas.

SEBRAE, PARCERIA DE SUCESSO



CARLOS HENRIQUE RAMOS FONSECA

DIRETOR SUPERINTENDENTE
SEBRAE/SC

Santa Catarina é um estado empreendedor, com quase 1,5 milhão de empresas, sendo 1,3 milhão de micro e pequeno porte. Esses negócios representam a força da nossa economia, responsáveis por gerar renda, empregos e oportunidades para milhares de catarinenses.

O turismo, como setor estratégico, apresenta perspectivas cada vez mais promissoras, impulsionando o desenvolvimento regional e fortalecendo outros segmentos. É uma honra para o Sebrae/SC apoiar iniciativas que valorizam o turismo e promovem a competitividade dos pequenos negócios, estimulando a inovação e a sustentabilidade.

Ao potencializarmos o turismo, transformamos realidades, movimentamos a economia local e consolidamos Santa Catarina como um destino de referência nacional e internacional.

SEBRAE



FABIO
BÚRIGO ZANUZZI

DIRETOR TÉCNICO
SEBRAE/SC

Este documento foi concebido como um guia estratégico para transformar o turismo em um pilar do desenvolvimento municipal. Por meio de um processo participativo e abrangente, este plano busca revelar as riquezas turísticas da cidade, impulsionar a economia e valorizar a cultura local.

Com consultorias especializadas, o Sebrae/SC contribui para fortalecer as competências dos gestores públicos na gestão do turismo, apoiar a implementação de políticas eficazes e promover a integração com outros setores da economia. É importante destacar que 91,7% dos negócios do turismo em Santa Catarina são compostos por micro e pequenos empreendedores, protagonistas na geração de emprego e renda.

Ao incentivar a profissionalização, a inovação e a criação de produtos e serviços autênticos, consolidamos um turismo mais competitivo, sustentável e inteligente preparado para transformar realidades e ampliar oportunidades para todos.

SEBRAE



ROMELÂNDIA

PREFEITO

Juarez Furtado

VICE-PREFEITO

Vanir Perondi

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Gesieli Letícia Piasson

COM A PALAVRA, O PREFEITO



JUAREZ
FURTADO

PREFEITO
ROMELÂNDIA/SC

A Administração Municipal busca valorizar as comunidades, incentivar eventos, apoiar o artesanato, preservar as tradições culturais e melhorar a infraestrutura, beneficiando visitantes e moradores. A preservação das raízes, da gastronomia típica, das festas comunitárias e dos espaços de convivência é essencial para manter viva a história local.

Além disso, o interior do município oferece tranquilidade, contato com a natureza e um modo de vida acolhedor, cada vez mais valorizado por quem busca qualidade de vida.

O compromisso é fortalecer o turismo de forma organizada e sustentável, promovendo desenvolvimento, geração de renda e valorização da cultura e da força do povo romelandense.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

METODOLOGIA 13

CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO 16

- Histórico 17
- Localização 19
- Características do território..... 20
- Indicadores Sociais 21
- Dados Socioeconômicos 22
- ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA 24
- Redes de acesso 26
- Saneamento ambiental 30

Meio ambiente e licenciamento 31
Sistema de comunicação 37
Saúde pública 39
Segurança pública 40
GESTÃO INSTITUCIONAL DO TURISMO 41
Governo Federal 43
Embratur 45
Governo do Estado 46
Conselho Estadual de Turismo 49
Instância de Governança Regional - IGR 50
IGR Vale das Águas 52
Governo Municipal 53
Legislação turística 55
DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO 65
Reconhecimento do destino 66
Análise da oferta hoteleira, gastronômica e de serviços 82
Análise SWOT do destino 84

POSICIONAMENTO DE MERCADO 90
Tendências do mercado turístico 92
Segmentos turísticos 94
Análise do setor competitivo 96
Posicionamento estratégico do destino 98
Público alvo prioritário 99
ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO 101
Visão 102
Eixos de desenvolvimento 103
Objetivos estratégicos 105
Plano de ação 106
AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO 124
Metodologia de acompanhamento 126
Painel de indicadores do turismo 127
CONSIDERAÇÕES FINAIS 132
REFERÊNCIAS 135
ANEXOS 141

CAPÍTULO 1

Introdução

O Plano Municipal de Turismo é um instrumento estratégico que orienta o desenvolvimento do turismo de forma planejada, sustentável e alinhada às potencialidades locais. Elaborado com base em diagnósticos participativos e na valorização das vocações regionais, o plano visa fortalecer a atividade turística como vetor de geração de emprego, renda e identidade cultural, promovendo o crescimento econômico e social do município.

O Plano Municipal de Turismo de Romelândia é resultado de uma parceria entre o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE – e a Prefeitura Municipal de Romelândia, estabelecida com o objetivo de orientar o processo de organização e desenvolvimento da atividade turística no município. O mesmo constitui um instrumento estratégico para orientar as ações voltadas à estruturação do setor turístico local, além de alinhar o município às diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Turismo. Mais do que um documento técnico, o plano representa um compromisso coletivo com o planejamento e a organização da atividade turística, reunindo poder público, iniciativa privada e comunidade em torno de um projeto comum de desenvolvimento territorial.

O município de Romelândia possui importantes potenciais associados às paisagens naturais, às propriedades rurais, aos eventos tradicionais e à hospitalidade característica das comunidades do interior. No entanto, assim como ocorre em diversos municípios da região, o turismo ainda se encontra em fase inicial de estruturação, exigindo planejamento, organização da oferta e estímulo ao empreendedorismo local. A elaboração deste plano representa, portanto, um passo fundamental para orientar essa trajetória, mobilizando a governança local e promovendo o alinhamento entre os diferentes atores envolvidos no desenvolvimento do turismo.

A construção do Plano Municipal de Turismo parte de um diagnóstico que identifica os principais potenciais, desafios e oportunidades para o desenvolvimento da atividade no território. Esse processo também considera as tendências do mercado turístico, as transformações no comportamento dos viajantes e o posicionamento competitivo dos destinos da região. A partir dessas análises, são estabelecidas diretrizes, estratégias e ações que buscam orientar o desenvolvimento do turismo em Romelândia de forma planejada, sustentável e integrada às vocações do município, tendo como referência a visão de futuro construída coletivamente para o destino.

CAPÍTULO 2

Metodologia

Síntese do processo participativo, das metodologias adotadas e das bases que orientam o planejamento do turismo em Romelândia.

O Plano Municipal de Turismo de Romelândia – SC foi elaborado de forma participativa, contando com o envolvimento ativo do trade turístico, representantes do poder público, entidades locais e lideranças comunitárias, sob a coordenação e liderança do SEBRAE/SC. Esse processo colaborativo fortaleceu o diálogo entre os diferentes atores do setor, garantindo que as propostas refletissem as reais necessidades, potencialidades e expectativas do município.

A construção do plano seguiu uma abordagem de planejamento participativo e estratégico, alinhada às diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo e às orientações do Plano Nacional de Turismo, buscando integrar o desenvolvimento da atividade turística às dinâmicas sociais, culturais, ambientais e econômicas do território.

O plano constitui-se como uma importante ferramenta de planejamento, orientação e tomada de decisão, voltada ao desenvolvimento de um turismo responsável, sustentável, inclusivo e economicamente viável. Seu objetivo é promover o fortalecimento da atividade turística, a valorização da identidade local e a geração de oportunidades para a comunidade.

Os trabalhos tiveram início em Agosto de 2025, com conclusão em Junho de 2026, em um processo contínuo, transparente e permanentemente aberto à participação de todos os interessados. Durante esse período, foram realizados encontros, visitas *in loco*, reuniões técnicas, oficinas participativas e momentos de escuta ativa, assegurando ampla representatividade e engajamento dos diversos segmentos envolvidos.

Como parte fundamental da metodologia, foram realizados três seminários participativos com a comunidade, reunindo representantes do setor público, iniciativa privada e sociedade civil. Esses encontros tiveram como objetivo identificar percepções sobre o turismo local, mapear potencialidades e fragilidades do município, discutir oportunidades de desenvolvimento e construir coletivamente a visão de futuro para o turismo de Romelândia.

Para a coleta e sistematização das informações, adotaram-se como meios técnicos a pesquisa bibliográfica, documental e a história oral, além de visitas técnicas a equipamentos turísticos, atrativos e áreas com potencial para o desenvolvimento da atividade.

Os dados secundários foram levantados a partir de fontes bibliográficas e documentais reconhecidamente confiáveis, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ministério do Turismo, a Secretaria de Estado do Turismo (SETUR), estudos desenvolvidos pelo SEBRAE e informações fornecidas pela Prefeitura Municipal de Romelândia.

Dessa forma, o Plano Municipal de Turismo de Romelândia - SC consolida-se como um instrumento fundamental para orientar o crescimento ordenado do setor, estimular investimentos, qualificar serviços, fortalecer a governança local e posicionar o município de forma competitiva no cenário turístico regional e estadual.

Além disso, o plano estabelece bases para a implementação de um sistema permanente de planejamento, monitoramento e avaliação do turismo municipal, permitindo acompanhar os resultados das ações propostas e promover ajustes estratégicos ao longo do tempo, de acordo com a evolução do destino e as demandas do mercado.

CAPÍTULO 3

Caracterização do território

A caracterização do território consiste na coleta de informações sobre aspectos territoriais, sociais e econômicos do destino, oferecendo uma visão ampla para o planejamento do turismo. Aliada à análise da infraestrutura e à avaliação dos órgãos e instituições responsáveis pela gestão turística, permite compreender os fatores que influenciam o desenvolvimento da atividade.

HISTÓRICO

A formação de Romelândia está diretamente associada ao processo de ocupação e estruturação territorial conduzido pelos irmãos Romeu Gransotto e Roneci Gransotto, cuja atuação foi determinante para a abertura de vias de acesso e a implantação de infraestruturas iniciais, como estradas e pontes, em meio a Mata Atlântica bastante densa na época da colonização e o relevo acidentado, característico no Oeste Catarinense.

Nos anos seguintes ao processo inicial de ocupação, a região passou a registrar fluxos migratórios oriundos do estado do Rio Grande do Sul, atraídos pela abundância de madeira, pelas terras férteis e perspectivas de melhores condições de vida. Vieram de cidades como Guaporé, Sananduva, Três Passos, Passo Fundo e Caxias do Sul, também cultivando suas práticas culturais e o modo de vida típicos das comunidades de origem italiana, alemã e luso-hispânica.

Entre os primeiros moradores de que há registro, destaca-se Libório Antônio Antunes, que por volta de 1930 se estabeleceu na região motivado pela exploração agrícola e aproveitamento dos recuros florestais. A madeira, então abundante e valiosa, tornou-se o primeiro motor econômico do lugar. Em 1942, foi fundada a Madeireira Iguaçu Ltda., empresa vinda de Caxias do Sul (RS) e que desempenhou papel importante na dinâmica da econômica regional. A logística de escoamento da produção era viabilizada por meio do Rio Uruguai, que funcionava como eixo estratégico de transporte. A implantação dessa estrutura produtiva promoveu a ampliação das oportunidades de trabalho, o fortalecimento das atividades comerciais e a intensificação do processo de fixação populacional na região.

.

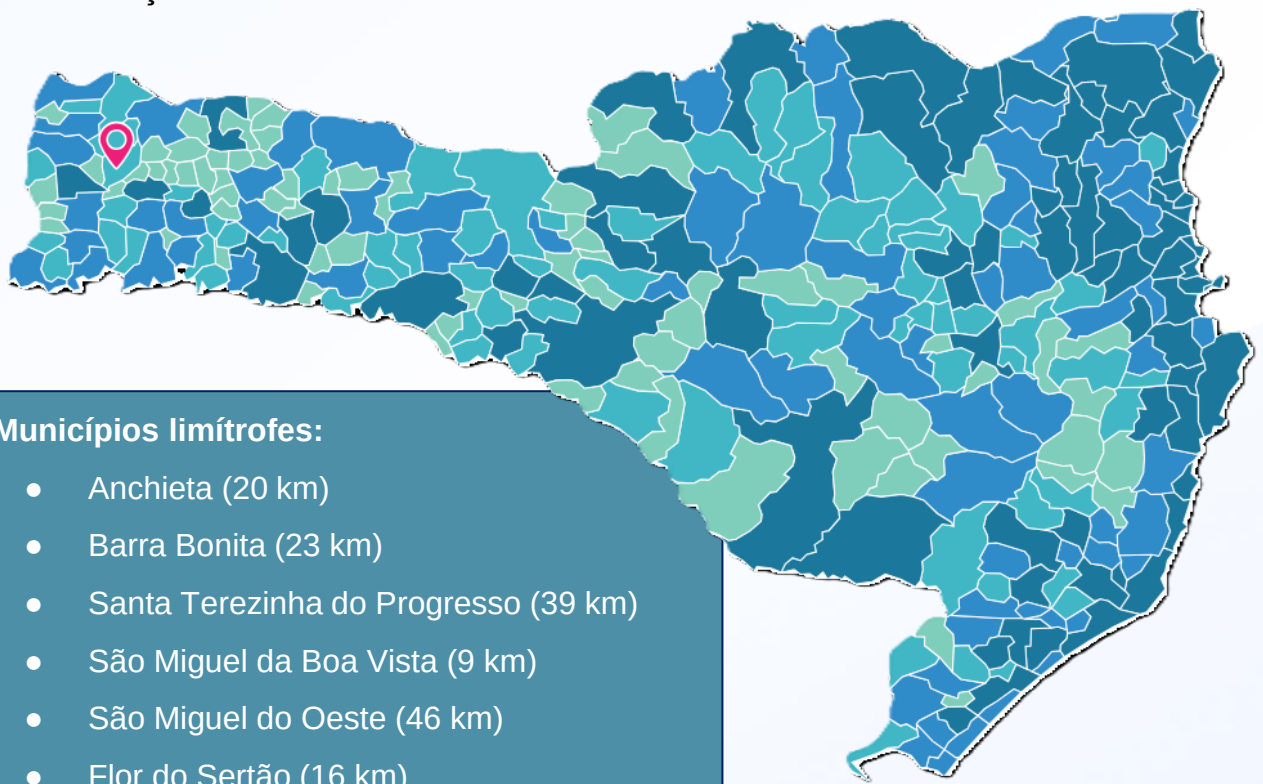
Com o avanço do processo de ocupação, o núcleo inicial de povoamento passou a crescer, se estruturando no entorno da igreja, da escola e das primeiras iniciativas cooperativas, características marcantes da cultura do Oeste Catarinense. Neste contexto, famílias pioneiras como as de Arthur Webler, Fredolino Fell, Osvaldo Grosler, André Metz, Valentim V. Rambo, Domingos Chies, Amando Ristow, Pedro Hubner, Bernardo Kotz, Arno R. da Fonseca, Benno Wergutz, Carlos Urbano Fleck, João Bressam e Erwin Wrasse desempenharam papel central na consolidação das dinâmicas comunitárias locais

À medida que a comunidade se expandia, a base econômica local também foi sendo diversificada, acompanhando o crescimento. Além da exploração madeireira, tornaram-se essenciais para a base econômica a atividade agropecuária e o comércio. A articulação entre os moradores resultou na formação das primeiras instituições locais, e aos poucos a busca por autonomia político-administrativa.

Do ponto de vista jurídico-administrativo, Romelândia deu seus primeiros passos rumo à emancipação ao ser criada como Distrito pela Lei Estadual nº 257, de 9 de outubro de 1956, sendo oficialmente instalado em 28 de dezembro do mesmo ano. Poucos anos depois, em reconhecimento ao seu crescimento e importância regional, conquistou sua autonomia política com a promulgação da Lei Estadual nº 941, de 9 de dezembro de 1963, que o desvinculou do município de São Miguel do Oeste e instituiu oficialmente o Município de Romelândia.

Ao revisitar a história de sua colonização, Romelândia reafirma e valoriza o legado de seus fundadores e das famílias pioneiras responsáveis pela consolidação do município. Ao mesmo tempo em que preserva suas origens e tradições, lança um olhar para o futuro, inserindo a atividade turística como uma nova oportunidade de crescimento pautado em pessoas, na valorização da história local, na preservação da natureza, viabilizando também novo cenário de movimentação econômica para o município.

LOCALIZAÇÃO



Municípios limítrofes:

- Anchieta (20 km)
- Barra Bonita (23 km)
- Santa Terezinha do Progresso (39 km)
- São Miguel da Boa Vista (9 km)
- São Miguel do Oeste (46 km)
- Flor do Sertão (16 km)
- Campo Erê (51 km)

Distâncias até capitais:

- Florianópolis: 654 km
- Curitiba: 550 km
- Porto Alegre: 550 km

Polos regionais

São Miguel do Oeste: 46 km

Maravilha: 26 km

Chapecó: 119 km

CARACTERÍSTICAS DO TERRITÓRIO - FONTES: IBGE | SINISA

Área territorial (km²):	223,333km² - 2024
População:	4.823 pessoas (2022 - IBGE)
População urbana:	1.762 pessoas (2025 - SINISA)
População rural:	3.119 pessoas (2025 - SINISA)
População estimada:	4.684 habitantes (2025)
Densidade demográfica:	21,60 habitante por quilômetro quadrado (2022)
Domicílios totais:	2.208 pessoas (2025 - SINISA)
Clima:	Subtropical úmido
Região intermediária (2024):	Chapecó
Mesorregião (2024):	Oeste Catarinense
Microrregião (2024):	São Miguel do Oeste
Instância de Governança Regional (IGR)	Vale das Águas
Associação de municípios:	AMERIOS | Associação dos Municípios do Entre Rios

INDICADORES SOCIAIS

Educação

Taxa de alfabetização: 92,7% (IBGE 2022)

Expectativa de anos de estudo: 9,97 anos (ATLAS Brasil 2010)

Renda e trabalho

Renda per capita R$ 27.477,81 (2023)

Saúde

Expectativa de vida: 73,01 anos (ATLAS Brasil 2010)

Mortalidade infantil: (16,60 óbitos por mil nascidos vivos)

Cobertura da atenção básica: 100%

Habitação e saneamento (Instituto Água e Saneamento)

Acesso à água tratada por rede geral de distribuição: 58,2% da população

Esgotamento sanitário (% da população)

Fossa rudimentar: 80,9%

Fossa séptica/filtro: 15,8%

Rede geral: 3,1%

Coleta de resíduos sólidos: 53,3% da população atendida

Segurança social (Governo Federal)

Acesso a benefícios sociais: 135 famílias | 384 pessoas com benefícios do Bolsa Família (Abril 2026).

DADOS SOCIOECONÔMICOS

O município de Romelândia apresenta indicadores socioeconômicos classificados na faixa de Médio Desenvolvimento Humano. O movimento econômico do município nas principais atividades (bovinocultura e produção leiteira) nos últimos anos demonstra oscilações com recuperação recente, indicando que novas oportunidades, como o turismo, podem agregar numa melhor estabilidade e diversificação da economia no decorrer dos anos.

A economia local é fortemente baseada na agropecuária, considerando que mais de 63% do população vive no meio rural. Considerando 2023 como ano-base, o setor agropecuário foi responsável por mais de 85% do movimento econômico do município, com valores que somam acima de 180 mi. Dentre os 17 municípios da região da AMERIOS, Romelândia aparece na 12ª posição quando somado o movimento econômico do setor agropecuário e indústria e comércio.

PIB

R$132,5 milhões

(Secretaria de Estado do Planejamento/2023)

PIB per capita

R$ 27.477,81

(IBGE/2023)

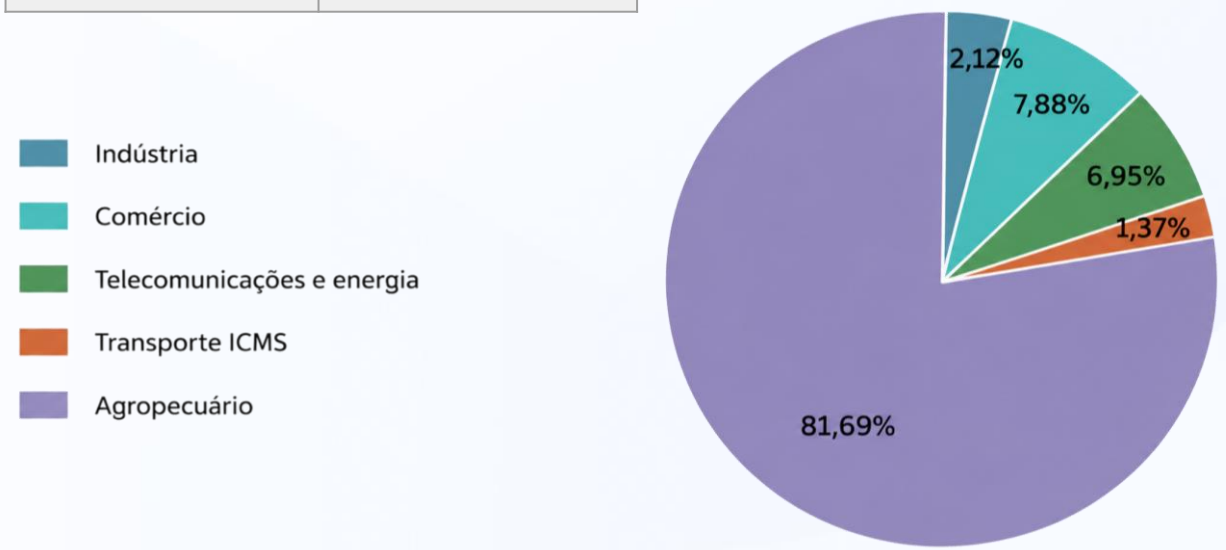
IDH-M (2010 – PNUD)

T 0,692

(Médio Desenvolvimento Humano)

Movimento Econômico por Setor Ano base - 2024 (SEF)	
Indústria	R$ 4.667.195,51
Comércio	R$ 17.371.147,27
Telecomunicações e energia	R$ 15.321.753,34
Transporte ICMS	R$ 3.011.103,13
Agropecuário	R$ 180.082.588,09
Total	R$ 220.453.787,34

Movimento Econômico Agropecuário Ano base - 2024	
Suinocultura:	R$ 4,5 milhões
Pecuária de leite	R$ 74,2 milhões
Bovinocultura	R$ 82,6 milhões
Grãos	R$ 16,3 milhões



CAPÍTULO 4

ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA

A análise da infraestrutura permite avaliar a capacidade atual de prestação de serviços, identificar lacunas e projetar impactos futuros diante do crescimento da demanda gerada pelo desenvolvimento turístico.

ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA

A análise da infraestrutura permite compreender a capacidade atual de prestação dos serviços públicos, identificar os principais gargalos existentes e projetar cenários futuros diante da pressão de consumo decorrente do desenvolvimento do projeto turístico.

Nesse contexto, são apresentados dados referentes aos elementos que sustentam a dinâmica social e produtiva do território e que se configuram como condicionantes centrais para o desenvolvimento da atividade turística. Entre eles, destacam-se a rede viária de acesso e a acessibilidade à área turística; o sistema de abastecimento de água; o nível de cobertura do sistema de esgotamento sanitário; o atendimento do serviço de limpeza urbana; a situação da rede de drenagem pluvial; a cobertura dos serviços de telefonia fixa e móvel e de internet; a iluminação pública; bem como a oferta e a capacidade dos serviços de saúde e segurança pública.

A avaliação integrada desses componentes é fundamental para assegurar que o crescimento do turismo ocorra de forma planejada, sustentável e alinhada às necessidades da população local. Além de suportar o aumento da demanda por serviços, a infraestrutura adequada contribui para a qualidade da experiência do visitante, fortalece a imagem do destino e reduz riscos operacionais e socioambientais. Assim, a análise não apenas diagnostica a realidade atual, mas também subsidia a tomada de decisões estratégicas e a definição de investimentos prioritários para garantir a competitividade e a resiliência do território no médio e longo prazo.

REDES DE ACESSO

Acesso rodoviário

O acesso ao município de Romelândia ocorre exclusivamente por via terrestre, por meio da malha rodoviária da região Oeste de Santa Catarina. As principais ligações se dão pela SC-161, rodovia que conecta o município a Anchieta e mais ao norte o Estado do Paraná, e também através da SC-492, conectando com os Municípios de São Miguel da Boa Vista e Maravilha na direção sul.

As rodovias SC-492 e SC-161 são fundamentais para a mobilidade da população local, para o escoamento da produção agropecuária e para o acesso aos serviços regionais, sendo as principais vias de deslocamento de pessoas e mercadorias a partir de Romelândia. Ambas também conectam Romelândia à BR-282 (Rod. Ulysses Guimarães) no sentido sul, principal rodovia do Oeste Catarinense, responsável pela ligação entre o litoral e o interior do Estado. Essa mesma conexão garante acesso relativamente rápido a cidades como Pinhalzinho e Chapecó mais a leste, e a São Miguel do Oeste na direção oeste, consideradas como polos regionais na concentração de serviços voltados principalmente à educação, indústria, comércio e logística.

Em relação ao transporte coletivo, o município não dispõe de serviço regular de transporte público, contando atualmente apenas com o transporte escolar. Ademais, Romelândia não possui terminal rodoviário, sendo necessário o deslocamento até Maravilha para acesso às principais linhas intermunicipais. Observa-se, ainda, que a oferta de serviços de táxi ou transporte por aplicativo é pouco expressiva.

O acesso aos atrativos turísticos ocorre, em sua maioria, por estradas vicinais, que ligam a cidade às comunidades rurais e às áreas de interesse turístico. Essas vias, predominantemente não pavimentadas, são essenciais para o turismo que se desenvolve em ambientes rurais, mas demandam atenção constante em manutenção.



Foto: BR 282 (Rod. Ulysses Guimarães), Google Maps, 2023.



Foto: SC 161, Google Maps, 2026.



Foto: SC 492, Google Maps, 2026.



Foto: SC 161, Natíz 2026

Acesso aeroviário

O aeroporto mais próximo do município de Romelândia está localizado a aproximadamente 43 km, no município de São Miguel do Oeste. Denominado Aeroporto Hélio Wassun, este não recebe voos regulares das principais companhias aéreas que operam no país, sendo menos expressivo no transporte aeroviário da região. Já o aeroporto de Chapecó fica distante em 130 km, e oferece voos diretos para São Paulo (Guarulhos-GRU e Congonhas-CGH), Campinas (Viracopos-VCP) e Florianópolis (FLN). Trata-se do Aeroporto Serafim Enoss Bertaso, um aeroporto regional estratégico responsável por atender não apenas Chapecó, mas toda a demanda do Oeste Catarinense, além de municípios do Sudoeste do Paraná e do Noroeste do Rio Grande do Sul. Atualmente, está entre os três aeroportos com maior movimentação de passageiros do estado de Santa Catarina. Operam no aeroporto as companhias Azul, Gol e LATAM, garantindo elevada conectividade aérea e integração do território com os principais destinos do país.

Em 2020, o aeroporto foi concedido à iniciativa privada, viabilizando investimentos destinados à modernização e ampliação da infraestrutura. Esses investimentos contribuíram diretamente para o crescimento expressivo da movimentação de passageiros nos anos subsequentes. Em 2025, a inclusão do terminal na Carteira de Investimento Público em Aeroportos Regionais do Governo Federal reforçou seu papel como principal hub aéreo regional, assegurando prioridade para estudos técnicos, planejamento de expansão e futuros investimentos em infraestrutura.

A consolidação do Aeroporto de Chapecó fortalece a acessibilidade regional, impactando positivamente o fluxo turístico, a competitividade econômica e a integração de municípios do entorno, incluindo Romelândia.

Movimentação no Aeroporto Serafim Enoss Bertaso, em Chapecó - Santa Catarina.

Período	2021	2022	2023	2024	2025
Passageiros	391.153	493.683	601.182	617.142	647.900

Fonte: Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), e Voe Xap, 2025.

SANEAMENTO AMBIENTAL

O saneamento ambiental refere-se ao conjunto de ações voltadas à promoção da saúde pública, à melhoria das condições de vida da população e à preservação do meio ambiente. Esses serviços são tradicionalmente organizados nos eixos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos e limpeza urbana, além da drenagem e manejo das águas pluviais. A Lei 14.026/2020 inovou o cenário do saneamento no país através do marco regulatório que define aos contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico, metas de universalização que garantam o atendimento de 99% (noventa e nove por cento) da população com água potável e de 90% (noventa por cento) da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033 (ARIS 2022).

Em Romelândia, a Lei Municipal nº 1.990/2012 estabelece a Política Municipal de Saneamento Básico, com diretrizes para o planejamento e a gestão desses serviços no município. Já a Lei Municipal nº 1.991/2012 autoriza o Ingresso do Município de Romelândia/SC no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), ato atualizado pela Lei Ordinária nº 2.548/2022.

Sistema de Abastecimento de Água - SAA

O Sistema de Abastecimento de Água (SAA) do município de Romelândia é gerido pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, conforme Convênio de Concessão n° 196/2006 e validade de 30 anos a contar da data de assinatura, 13 de dezembro de 2006. A captação de água é feita no Rio 1º de Janeiro, sendo que 58,2% da população (2.796 habitantes) recebe água potável por Rede Geral de Distribuição. Outros 9,5% da população (454 habitantes) tem o poço profundo ou artesiano como meio de abastecimento. Tem-se o registro de outros 20,7% (994 habitantes) que utilizam poço raso, freático ou cacimba para garantir o abastecimento de água. De forma geral, o Sistema de Abastecimento de Água de Romelândia apresenta ampla cobertura na área urbana.

Na área rural, onde se concentra a maior parcela da população, a cobertura no atendimento via rede pública é mais limitada, sendo que o abastecimento ocorre predominantemente por sistemas comunitários ou poços individuais.

MEIO AMBIENTE E LICENCIAMENTO

Romelândia aderiu à municipalização do licenciamento ambiental por meio da instituição da Política Municipal do Meio Ambiente, conforme disposto na Lei Complementar nº 005/2023. Com isso, o município passou a exercer a gestão ambiental das atividades passíveis de licenciamento, nos termos definidos pela Resolução CONSEMA nº 250/2024. Para a execução dos procedimentos administrativos e técnicos relacionados ao licenciamento ambiental, o município conta com suporte especializado do Programa de Gestão Ambiental do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional (CONDER), entidade da qual é consorciado.

A descentralização do licenciamento ambiental para a esfera municipal possibilita a tramitação integral dos processos em sistema próprio, abrangendo desde o protocolo do requerimento até a emissão das respectivas licenças ambientais. Além disso, o modelo exige atuação contínua nas atividades de monitoramento, fiscalização ambiental, orientação técnica e aplicação de medidas administrativas, necessariamente executadas por profissionais habilitados e capacitados para o exercício das atribuições legais e técnicas pertinentes. As atividades turísticas demandam, em muitas situações, de processos de licenciamento e controles ambientais para implantação e realização de empreendimentos/atividades, mediante acompanhamento de técnicos habilitados. Portanto, município e Estado devem promover o aprimoramento contínuo da legislação ambiental, de forma a compatibilizar o desenvolvimento turístico, econômico e de infraestrutura com a observância dos princípios da sustentabilidade, garantindo o equilíbrio entre os aspectos sociais, ambientais e territoriais.

Sistema de esgotamento sanitário

O município de Romelândia não dispõe de sistema coletivo de esgotamento sanitário, realidade que está diretamente relacionada ao seu porte populacional, à predominância de áreas rurais e à baixa densidade demográfica. A Lei Complementar nº 11/2025 instituiu recentemente o Código Sanitário Municipal de Romelândia, que dentre outros pontos trata da aprovação e instalação dos sistemas individuais de tratamento de esgoto, do processo de aprovação de projetos e fiscalização da execução. Outro aspecto é a necessidade de instaurar o controle e execução do serviço ou da fiscalização da limpeza dos sistemas de tratamento.

Os dados do Censo Demográfico de 2022 evidenciam que a disposição dos efluentes no município ocorre, majoritariamente, por meio de soluções individuais. Aproximadamente 80,9% da população (3.887 habitantes) utilizam fossas rudimentares ou sistemas similares, enquanto 15,8% (758 habitantes) fazem uso de fossas sépticas ou fossas filtro não ligadas à rede, consideradas soluções sanitárias mais adequadas. Apenas 3,1% da população (149 habitantes) possui algum tipo de ligação à rede geral, rede pluvial ou fossa conectada à rede, e 0,1% (6 habitantes) utiliza outras formas de destinação, como valas ou lançamento direto em corpos hídricos (IBGE, 2022).

A predominância de soluções individuais também se reflete no meio rural, onde o uso de fossas rudimentares é mais frequente. Nessas áreas, não há fiscalização sistemática ou exigências padronizadas para a implantação dos sistemas, exceto nos casos em que a legislação exige a apresentação de projetos específicos. Embora essa condição represente um ponto de atenção sob o aspecto ambiental, seus impactos tendem a ser mitigados pela baixa concentração populacional e pela dispersão das edificações no território rural.

Limpeza urbana e gestão de resíduos sólidos

A limpeza urbana e gestão de resíduos sólidos em Romelândia é realizada de forma mista, sendo parte dos serviços executados por empresa contratada que atua na coleta e destinação dos resíduos sólidos urbanos recicláveis e não recicláveis, além da limpeza das vias públicas, podas e manutenções regulares executadas por meio da Secretaria de Urbanismo. De acordo com a Lei Municipal nº 2.231/2017, o município passou a integrar o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios (PIGIRS/CIGAMERIOS), que engloba a gestão de resíduos sólidos em nível regional.

Conforme dados recentes para o município de Romelândia, o lixo de 53,3% da população (2.559 habitantes) é coletado. Outros 40% (1.919 habitantes) destinam os resíduos sólidos para queima na propriedade. Um total de 5,2% da população (249 habitantes) enterra na propriedade os resíduos gerados. O município não possui aterro sanitário próprio, sendo os resíduos não recicláveis encaminhados para aterro sanitário licenciado localizado em município próximo.

Romelândia participa ainda do Programa Penso, Logo Destino (PLD), promovido pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA-SC), que atua para melhorar a logística reversa e gestão de resíduos sólidos como pilhas, baterias, lâmpadas e eletrônicos. Possui ponto de entrega voluntária dos materiais junto à Secretaria de Agricultura e de Meio Ambiente, Rua Padre Anchieta, nº 170, Centro.

Sob perspectiva do desenvolvimento turístico sustentável, ações simples voltadas à gestão dos resíduos gerados constituem pilares fundamentais para o bom acolhimento dos visitantes e para a oferta de experiências de qualidade. Entre essas ações destacam-se a segregação dos resíduos recicláveis e não recicláveis, sua correta destinação em pontos de reciclagem, a adoção de práticas de compostagem dos resíduos orgânicos, logística reversa especialmente para resíduos eletrônicos, lâmpadas, pilhas e baterias.

Soma-se a isso a realização de coletas periódicas de materiais recicláveis em áreas rurais e o desenvolvimento contínuo de campanhas informando e conscientizando a população, garantindo paisagens bonitas, a redução de descartes irregulares, melhoria da qualidade dos recursos hídricos, refletindo diretamente na qualidade de vida local.

Sistema de Iluminação Pública

A energia elétrica em Romelândia é fornecida pela Celesc (Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.), que mantém um escritório de atendimento no próprio município, localizado na Rua Sargento Tizziani, nº 757. Esse ponto de apoio facilita o atendimento à população e o encaminhamento das demandas locais.

O município conta hoje com 2.468 unidades consumidoras, distribuídas entre as categorias residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública, serviço público, próprio e revenda, refletindo o perfil de uma cidade de pequeno porte, com demanda significativa da área rural (CELESC, 2025).

Assim como ocorre em outros municípios do Oeste de Santa Catarina, Romelândia pode enfrentar interrupções pontuais no fornecimento de energia, especialmente durante temporais e eventos climáticos mais intensos, que afetam a rede de distribuição regional. Ainda assim, o sistema atende de forma geral às necessidades, requerendo avanços contínuos na qualificação da infraestrutura elétrica.

Número de Unidades Consumidoras em Romelândia, ano base 2025.

Classe	Julho/2025	Agosto/2025	Setembro/2025
Residencial	1182	1197	1189
Industrial	65	63	62
Comercial	227	241	232
Rural	920	917	900
Poder público	46	39	72
Iluminação Pública	1	1	1
Serviço Público	2	2	11
Próprio	1	1	1
Revenda	-	-	-

Fonte: Celesc, 2025.

Consumo de energia em MWh em Romelândia, ano base 2025.

Classe	Julho/2025	Agosto/2025	Setembro/2025
Residencial	206,95	192,00	174,48
Industrial	23,37	17,30	19,89
Comercial	63,81	55,54	52,65
Rural	209,62	205,14	226,14
Poder público	27,90	19,11	20,60
Iluminação Pública	20,30	20,98	20,98
Serviço Público	14,27	14,27	14,90
Próprio	0,16	0,11	0,16
Revenda			

Fonte: Celesc, 2025.

Sistema de comunicação

4G	62% da área territorial do município

Romelândia conta com serviços de telefonia fixa e móvel, além de internet banda larga, com oferta de fibra óptica por provedores regionais. De acordo com dados da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, o município possui cobertura de telefonia móvel pelas operadoras TIM, Vivo e Claro, todas operando com tecnologia 4G.

Segundo dados de 2025, a cobertura 4G alcança aproximadamente 62% da população, 62,2% dos domicílios e 39,6% da área territorial do município, índices inferiores às médias estadual e nacional. Essa condição reflete desafios comuns a municípios de pequeno porte e com predominância de áreas rurais. Em 2025, por meio da Lei Complementar nº 10/2025, o município regulamentou a instalação e o uso do sistema 5G, criando base normativa para futura ampliação da conectividade.

Assim como ocorre em outros municípios da região, a qualidade do sinal pode variar conforme fatores como a localização das estações, o relevo, a distância das torres, as edificações e as características técnicas das antenas. Em especial nas áreas rurais, há limitações de cobertura e estabilidade do sinal móvel, indicando a necessidade de ampliação e fortalecimento da infraestrutura de telecomunicações.

A conectividade é um elemento fundamental para a atividade turística, contribuindo para uma melhor experiência ao visitante, seja na sua conectividade para a localização, segurança e/ou emergências, podendo atuar até mesmo no tempo de permanência durante a visitação. De maneira geral, o acesso à internet permite o uso de aplicativos de navegação, mapas e GPS, facilita a busca por atrativos e serviços, além de possibilitar o compartilhamento das experiências em tempo real, prática cada vez mais comum entre os turistas.

Telefonia Móvel

Operadora	Acessos
TIM	1.167
Claro	895
Vivo	125
Surf Telecom	97
Outros	1

Fonte: Anatel, 2025.

Tecnologia

Tecnologia	Acessos
4G	2.101
3G	100
2G	83

Fonte: Anatel, 2025.

Saúde Pública

O sistema público de saúde de Romelândia atualmente é composto pela a Unidade Básica de Saúde (Posto de Saúde Central), localizada na Rua D Pedro I, 278, Centro, oferecendo os serviços de consultas médicas, enfermagem, odontologia, agentes comunitários de saúde e farmácia. Por meio das Estratégias de Saúde da Família (ESF) do município, dividida em dois grupos, são oferecidas consultas com clínicos, agendamentos e livre demanda, além de atendimentos com visitas domiciliares a pacientes. Agentes comunitárias de saúde também realizam visitas mensais, com atenção especial a grupos de hipertensos, diabéticos, saúde mental, tabagismo e gestantes.

Integram ainda as atividades de saúde do município o Núcleo de Assistência à Saúde da Família (NASF), com atendimento com fisioterapeuta, nutricionista e psicóloga. Através da Farmácia Básica é feita a entrega gratuita de medicamentos. A Secretaria de Saúde também realiza vigilância epidemiológica e sanitária no município. Clínicas particulares e conveniadas oferecem serviços de saúde como laboratório de análises, atendimento psicológico, fisioterapia.

Quando há necessidade de atendimento hospitalar, casos de urgência, emergência ou procedimentos de média ou grande complexidade, a população, visitantes e turistas precisam se deslocar até municípios próximos, com destaque para São Miguel do Oeste, distante aproximadamente 44 km, onde está localizado o Hospital Regional Terezinha Gaio Basso, que atende pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A unidade dispõe de estrutura de internação com leitos clínicos, cirúrgicos e de isolamento, num total de 90 leitos 100% SUS.

As consultas e atendimentos em especialidades são encaminhadas para cidades como Maravilha, São Miguel do Oeste, Chapecó e Pinhalzinho, conforme a organização da rede regional de saúde. A prefeitura mantém credenciamento com o Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS Amerios para especialidades.

Segurança pública

O Município de Romelândia é atendido pelas forças de segurança pública estaduais, com atuação da Polícia Militar de Santa Catarina, da Polícia Civil de Santa Catarina e da Polícia Científica de Santa Catarina, contando ainda com o apoio do Corpo de Bombeiros Militar, por meio do 12º Batalhão, sediado no município de Anchieta (SC).

A Polícia Militar mantém um destacamento local, subordinado ao 11º Batalhão de Polícia Militar de Fronteira (11º BPM/Fron), sediado em São Miguel do Oeste. De forma geral, Romelândia é reconhecido como um município tranquilo, com baixos índices de criminalidade. A Polícia Civil atua por meio da Delegacia de Polícia de São Miguel do Oeste, integrada à 13ª Delegacia Regional de Polícia de São Miguel do Oeste, sendo responsável pelas atividades de polícia judiciária e investigação criminal, com suporte da estrutura regional sempre que necessário. A Polícia Científica presta apoio por meio de serviços periciais e de identificação civil.

O município não dispõe de unidade própria do Corpo de Bombeiros Militar, sendo atendido pela unidade de Anchieta (SC), do município vizinho. Conforme informações institucionais, Romelândia registra baixa recorrência de incêndios, acidentes graves ou ocorrências de maior complexidade.

De modo geral, o cenário da segurança pública em Romelândia é considerado satisfatório, contribuindo para a qualidade de vida da população e para a consolidação do município como um local seguro, aspecto relevante para o desenvolvimento do turismo e para a atração de visitantes.

CAPÍTULO 5

GESTÃO INSTITUCIONAL DO TURISMO

Apresenta um panorama dos órgãos, instituições e instâncias que atuam na gestão e no desenvolvimento do turismo em diferentes níveis.

O Quadro Institucional da Área Turística apresenta um panorama dos órgãos, instituições e instâncias que atuam na gestão e no desenvolvimento do turismo em diferentes níveis.

O capítulo aborda a forma como o planejamento turístico é organizado e coordenado, considerando as relações entre os entes envolvidos, os arranjos institucionais existentes e os mecanismos de articulação adotados.

Também são identificadas as principais necessidades e aspectos críticos que influenciam o desenvolvimento da atividade turística, bem como os projetos, ações e iniciativas que vêm sendo trabalhados no território e que contribuem para orientar as estratégias de fortalecimento do turismo.

GOVERNO FEDERAL

Ministério do Turismo



O Ministério do Turismo foi instituído em 2003 como uma pasta independente, atendendo à demanda do setor turístico por maior protagonismo das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da atividade. No mesmo ano, foi lançado o primeiro Plano Nacional de Turismo - PNT (2003–2007), que estabeleceu as bases para o fortalecimento do turismo como uma atividade economicamente sustentável e estratégica para o país.

O Plano Nacional de Turismo 2024–2027 atualiza esse direcionamento ao definir as diretrizes e estratégias para a implementação da Política Nacional de Turismo, organizando as ações do poder público e orientando a aplicação dos recursos destinados ao setor. O plano reconhece o turismo como um vetor relevante do desenvolvimento econômico, social e territorial do Brasil.

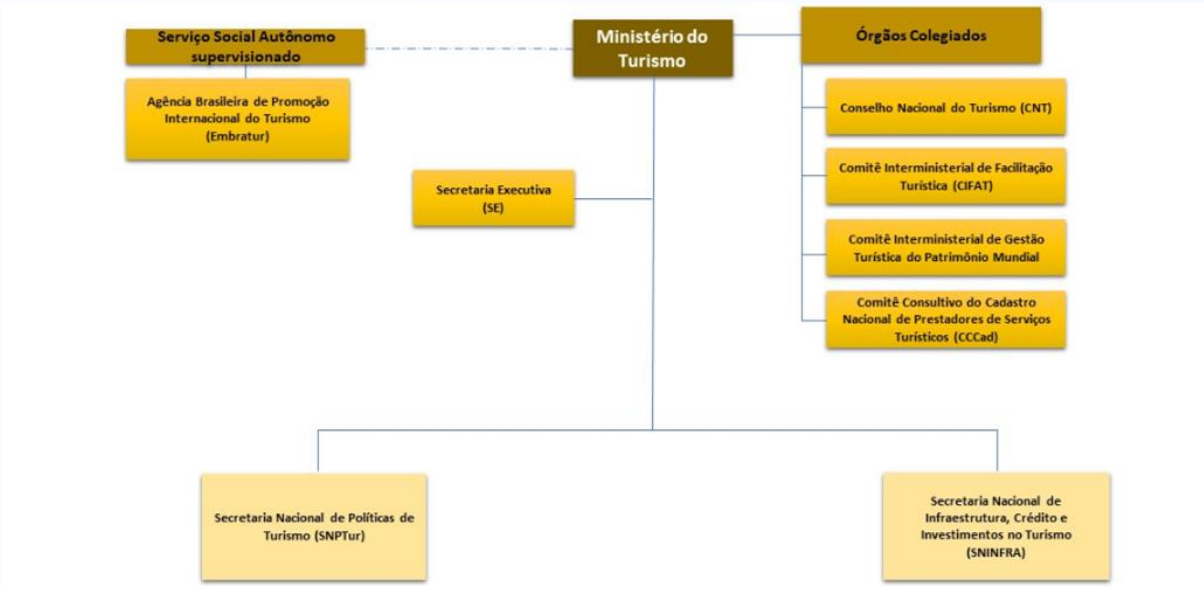
Entre as principais diretrizes do PNT 2024–2027 estão a cooperação e a regionalização do turismo, o desenvolvimento e a inserção produtiva de pessoas, a sustentabilidade e a mitigação dos impactos das mudanças climáticas, a inovação e a transformação digital, além do turismo social e da acessibilidade. Essas diretrizes buscam qualificar os destinos turísticos e promover um crescimento equilibrado da atividade em todo o território nacional.

A visão estabelecida pelo Plano Nacional de Turismo para o período 2024–2027 é posicionar o Brasil como a maior economia turística da América do Sul até 2027, reconhecida como um destino hospitaleiro, sustentável, responsável, inclusivo e inovador, além de referência em serviços turísticos de qualidade e na oferta de experiências memoráveis.

Nesse contexto, o PNT define como objetivos estratégicos posicionar o turismo como vetor de desenvolvimento, ampliar a competitividade dos destinos e produtos turísticos nacionais, democratizar o acesso aos benefícios da atividade, fortalecer a estruturação e a qualidade dos destinos, promover o turismo de forma responsável e inclusiva, aumentar a chegada de turistas internacionais, ampliar a receita gerada por esse público e estimular o crescimento das viagens de brasileiros pelo próprio país.

Essas diretrizes e objetivos orientam as políticas públicas de turismo em nível nacional e servem de referência para o planejamento e a organização do turismo nos estados, regiões e municípios, contribuindo para o alinhamento das ações locais às estratégias nacionais de desenvolvimento do setor.

Organograma do Ministério do Turismo



Fonte: Ministério do Turismo, 2025.

Embratur

A Embratur – Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo foi criada em 1966 e passou por reestruturação em 2019, por meio do Decreto nº 10.172/2019, quando passou a atuar como serviço social autônomo. A Agência tem como atribuição central a promoção do Brasil como destino turístico no mercado internacional, atuando na atração de turistas estrangeiros, no fortalecimento da imagem do país no exterior e no aumento da competitividade do turismo brasileiro.

Sua atuação é voltada à ampliação da visibilidade do Brasil no cenário global e ao estímulo da atividade turística como vetor de desenvolvimento econômico. Para isso, a Embratur trabalha de forma articulada com destinos turísticos e empreendimentos da cadeia produtiva do turismo, promovendo o país no exterior, incentivando a geração de negócios e contribuindo para o posicionamento do Brasil como um destino atrativo e competitivo. As ações da Agência priorizam o desenvolvimento sustentável, a valorização dos territórios e a qualificação das experiências oferecidas aos visitantes, tendo como referência a diversidade cultural e natural do país.

No que se refere aos aspectos financeiros, a Embratur conta com orçamento próprio, aprovado por seu Conselho Deliberativo e passível de ajustes ao longo do exercício. Em 2025, o orçamento-programa da Agência passou por duas revisões, que incorporaram emendas e novas projeções de receita, incluindo recursos provenientes da tributação das apostas de quota fixa (BETs). Inicialmente estimados em R$ 61,4 milhões, esses recursos foram posteriormente revistos para R$ 227 milhões. Com os ajustes realizados, a previsão de receitas da Embratur para o exercício atingiu até R$ 840 milhões.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria de Estado de Turismo de Santa Catarina - SETUR

A organização institucional do turismo em Santa Catarina passou por mudanças importantes a partir da Reforma Administrativa de 2019 (Lei Complementar nº 741/2019), quando foi extinta a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL) e iniciada a liquidação da SANTUR S.A., sendo criada a Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina, responsável pelas políticas estaduais do setor. Em 2023, uma nova reorganização administrativa (Lei nº 18.646/2023) extinguiu a Agência SANTUR e instituiu a Secretaria de Estado do Turismo (SETUR), restabelecendo uma secretaria específica para formular, coordenar e executar as políticas públicas de turismo.

Para 2026, a SETUR possui orçamento estimado em R$ 50.969.280,00 para programas e ações estratégicas. Sua estrutura inclui Secretaria, Secretaria Adjunta, assessorias técnicas, comunicação, jurídico, controle interno, ouvidoria e diretorias de Administração e Finanças, Políticas Públicas, e Marketing e Promoção, apoiadas por gerências técnicas nas áreas administrativa, financeira, governança turística, infraestrutura, inteligência de mercado, promoção, marketing e eventos.

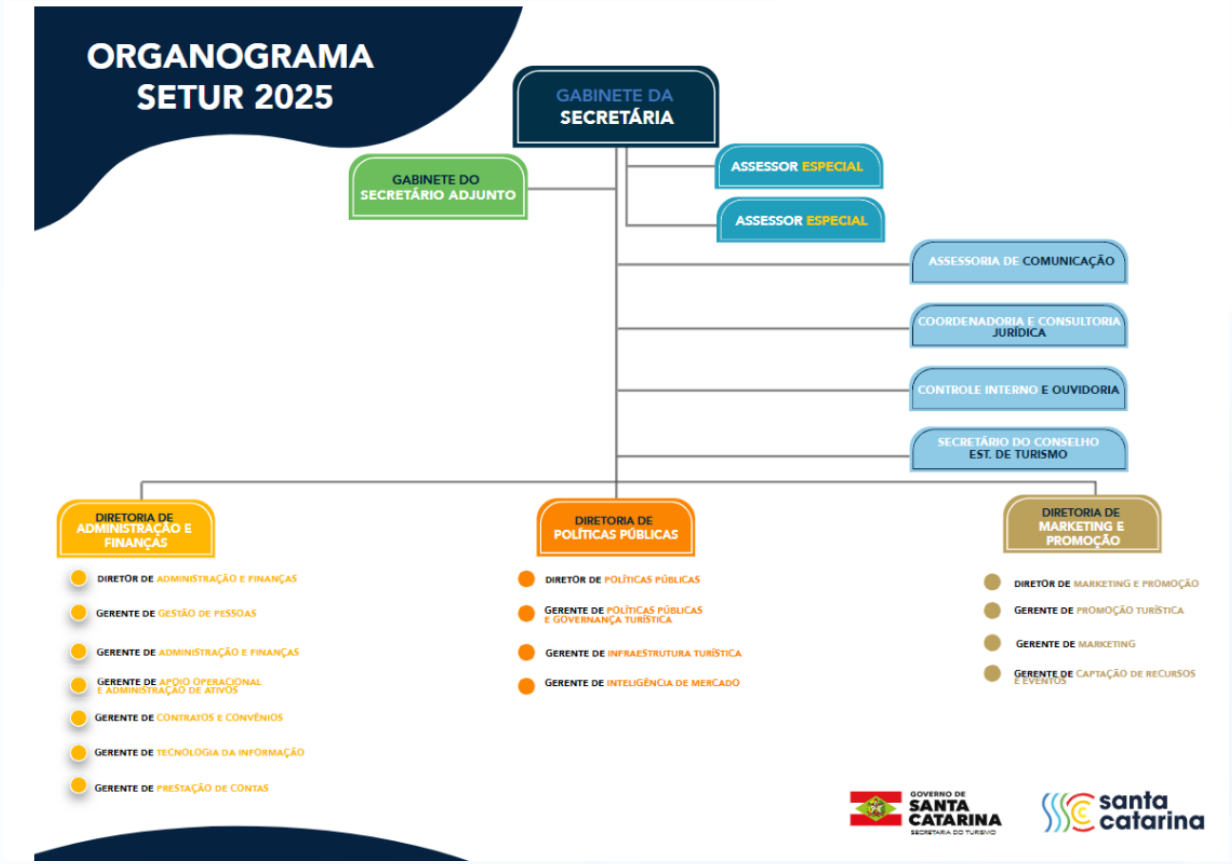
Nos últimos anos, a SETUR tem priorizado o fortalecimento da imagem de Santa Catarina como destino turístico diversificado, com ações de promoção nacional e internacional, valorização dos destinos regionais e ampliação da conectividade aérea, buscando reduzir a sazonalidade e estimular o turismo ao longo de todo o ano. Campanhas promocionais destacam experiências ligadas à natureza, cultura, gastronomia e eventos, integrando litoral, serra e interior.

Outro aspecto relevante da atuação da SETUR é a presença institucional em feiras e eventos estratégicos do setor turístico, tanto no Brasil quanto no exterior. A participação em feiras, roadshows e ações promocionais tem fortalecido o posicionamento de Santa Catarina em segmentos como turismo de lazer, turismo religioso e turismo de negócios, ampliando a diversificação da oferta turística e reforçando a estratégia de internacionalização do destino. A partir dos resultados obtidos, o estado projeta para 2026 a continuidade dessas ações, com foco na qualificação dos destinos, no fortalecimento das parcerias com o trade turístico e na consolidação do turismo como vetor de desenvolvimento econômico e social.

No Oeste Catarinense, a atuação da SETUR tem se concentrado no fortalecimento da regionalização do turismo e na valorização dos destinos do interior. A Secretaria atua no apoio à organização dos municípios por meio do Programa de Regionalização do Turismo, incentivando a estruturação das Instâncias de Governança Regional, a atualização dos municípios no Mapa do Turismo Brasileiro e a articulação entre poder público, iniciativa privada e entidades representativas do setor.

Além disso, a SETUR tem incentivado a diversificação da oferta turística na região Oeste, com atenção especial a segmentos como turismo rural, turismo gastronômico, turismo cultural, turismo de eventos e turismo religioso. A inserção dos destinos do interior em campanhas estaduais e ações promocionais tem ampliado sua visibilidade e contribuído para a qualificação dos produtos turísticos, respeitando as identidades locais. De forma complementar, o fortalecimento da conectividade regional, especialmente com a consolidação do Aeroporto de Chapecó como principal porta de entrada aérea do Oeste Catarinense, tem facilitado o acesso de visitantes e integrado a região à estratégia estadual de desenvolvimento do turismo.

Organograma SETUR 2025



Fonte: Setur, 2025.

Conselho Estadual de Turismo

Santa Catarina conta com o Conselho Estadual de Turismo (CET), instância colegiada de caráter consultivo e deliberativo, responsável por contribuir para a formulação e o acompanhamento das políticas públicas de turismo no estado. O Conselho atua como espaço de debate e encaminhamento de diretrizes para o desenvolvimento turístico catarinense, reunindo representantes do poder público e da sociedade civil. Sua composição contempla representantes de regiões turísticas e de entidades do setor, além da presidência vinculada à gestão estadual do turismo, e suas discussões são organizadas por meio de câmaras temáticas, que ampliam a participação de pesquisadores, técnicos, produtores e organizações que não integram formalmente o colegiado.

Atualmente, o estado possui quinze regiões turísticas reconhecidas, porém nem todas contam com representação no Conselho. As regiões criadas mais recentemente — Vale das Águas, Caminhos do Alto Vale, Vale dos Imigrantes, Alto Uruguai Catarinense e Vale dos Encantos, que ainda não possuem assento no CET. Desde 2017, a justificativa apresentada pelo órgão gestor do turismo estadual é a necessidade de alteração da legislação que rege o Conselho para viabilizar essa ampliação. Enquanto isso, essas Instâncias de Governança Regional permanecem fora do espaço formal de deliberação sobre programas, projetos e prioridades do turismo estadual, e o acompanhamento das ações voltadas ao desenvolvimento sustentável da atividade turística.

Entretanto, a partir de fevereiro de 2024, as reuniões do Conselho foram interrompidas e não houve novas nomeações, em razão da expectativa pela aprovação de uma nova legislação que promova a reestruturação do colegiado e amplie sua representatividade, contemplando todas as regiões turísticas do estado.

Instância de Governança Regional - IGR

As regiões turísticas correspondem a territórios compostos por municípios que compartilham características semelhantes ou que apresentam complementaridade entre si. A partir da constituição de uma região turística, os municípios passam a desenvolver o turismo de forma articulada e integrada, adotando uma lógica regional de planejamento e promoção, com o objetivo de ampliar a permanência dos visitantes e potencializar os benefícios econômicos da atividade no território.

Com o intuito de fortalecer a gestão dessas regiões, o Ministério do Turismo instituiu as Instâncias de Governança Regionais (IGRs), concebidas como espaços de articulação entre o poder público, o setor privado e entidades representativas do turismo. As IGRs podem assumir diferentes formatos institucionais, como fóruns, associações, conselhos ou consórcios intermunicipais, e têm como atribuição planejar, coordenar e implementar ações voltadas ao desenvolvimento regional do turismo, promovendo a cooperação entre os municípios que integram a região turística.

O estado de Santa Catarina possui 295 municípios, destes 165 estão inseridos no Mapa do Turismo Brasileiro, organizados em 15 regiões turísticas, o que demonstra a capilaridade da política pública de turismo no território estadual e o reconhecimento institucional da atividade como vetor de desenvolvimento regional.

A distribuição dos municípios por categorias revela diferentes estágios de estruturação da atividade turística. Observa-se a presença de municípios turísticos consolidados, que concentram maior fluxo de visitantes e infraestrutura mais robusta, ao lado de municípios com oferta turística complementar e municípios de apoio ao turismo, que desempenham papel estratégico na integração regional, no apoio logístico e na diversificação da oferta. Essa configuração reforça o caráter sistêmico do turismo, no qual destinos âncora coexistem com localidades que contribuem para a ampliação da permanência do visitante e para a distribuição dos benefícios econômicos da atividade.

Mapa de Instâncias de Governança Regional de Santa Catarina



Fonte: Setur 2025

IGR Vale das Águas

Romelândia integra a Instância de Governança Regional (IGR) Vale das Águas, criada em 2016, é composta por 26 municípios, dos quais 15 já estão inseridos no Mapa do Turismo Brasileiro.

Essa participação insere o município em uma dinâmica de planejamento turístico regional, baseada na cooperação entre os municípios e no desenvolvimento de ações integradas, ampliando o acesso a políticas públicas, programas de fomento e iniciativas promovidas pelos governos estadual e federal.

O Vale das Águas tem como principal característica a forte presença dos recursos hídricos, que moldam a paisagem e influenciam diretamente a identidade turística da região. Os rios Uruguai e Chapecó são elementos centrais desse território, associados a atividades de lazer, contemplação da natureza e experiências ao ar livre. A partir dessa base natural, a região consolidou vocações ligadas ao turismo de águas termais, ao turismo rural e ao turismo de aventura, segmentos que dialogam com a paisagem, o modo de vida local e o perfil de visitantes que buscam contato com a natureza e experiências mais autênticas.

Além dos atrativos naturais, o Vale das Águas se destaca pela forte presença da agricultura familiar, que exerce papel fundamental na economia e na cultura regional. Esse contexto cria oportunidades para a integração entre turismo e produção local, especialmente por meio da gastronomia típica, dos saberes tradicionais e de experiências relacionadas ao cotidiano rural, fortalecendo iniciativas de turismo de base local e sustentável.

GOVERNO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Desenvolvimento Econômico e Turismo

A publicação da Lei Complementar nº 02/2025, de 08 de abril de 2025, que alterou a Lei Complementar nº 001/2009, representou um marco para a estruturação institucional do turismo no município de Romelândia. A legislação incorporou o Departamento de Turismo à estrutura da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Desenvolvimento Econômico e Turismo, conferindo maior formalidade e protagonismo à atividade turística no âmbito da administração pública municipal.

A criação do Departamento de Turismo fortalece a capacidade do poder público de planejar, coordenar e executar ações voltadas ao desenvolvimento turístico local, estabelecendo atribuições claras para a formulação de políticas públicas, elaboração de programas e implementação de iniciativas alinhadas às potencialidades e demandas do setor. Entre suas competências, destacam-se o mapeamento e a divulgação dos atrativos turísticos, o incentivo ao turismo rural, a promoção do turismo social e o estímulo à iniciativa privada, contribuindo para a geração de emprego, renda e oportunidades de negócios vinculadas à atividade turística.

A vinculação do turismo à Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Desenvolvimento Econômico e Turismo demonstra o entendimento da atividade como instrumento de desenvolvimento econômico e diversificação produtiva. Essa integração favorece a construção de estratégias articuladas entre os diferentes setores da economia local, ampliando as possibilidades de fortalecimento dos empreendimentos turísticos, da agroindústria, do comércio e dos serviços, além de estimular a criação de novos produtos e experiências turísticas no município.

Sob a perspectiva da gestão pública, a institucionalização do Departamento de Turismo contribui para a organização das ações governamentais, promovendo maior eficiência na definição de prioridades, na captação de recursos e na execução de projetos. A legislação estabelece, ainda, a articulação permanente com as demais secretarias municipais, criando condições para o desenvolvimento de ações integradas relacionadas à cultura, infraestrutura, meio ambiente, educação, agricultura e eventos, fatores essenciais para a consolidação de um turismo sustentável e competitivo.

No aspecto orçamentário, a existência de uma estrutura administrativa própria amplia as possibilidades de planejamento e destinação de recursos para o setor, permitindo que o município avance gradualmente na implementação de projetos estratégicos voltados à qualificação da oferta turística. Entre as demandas prioritárias destacam-se investimentos em infraestrutura, sinalização turística, acessibilidade, promoção dos atrativos, qualificação profissional e apoio aos empreendedores locais, elementos fundamentais para fortalecer a experiência dos visitantes e ampliar a permanência dos turistas no território.

Além da estrutura administrativa, Romelândia conta com o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), instância de participação social que contribui para o fortalecimento da governança turística local. O conselho atua como espaço de diálogo entre o poder público, a iniciativa privada, entidades representativas e a comunidade, colaborando na definição de diretrizes, no acompanhamento das ações e na construção coletiva das políticas públicas voltadas ao turismo. A atuação conjunta entre o Departamento de Turismo e o COMTUR fortalece o processo de planejamento participativo e cria condições mais favoráveis para o desenvolvimento organizado, integrado e sustentável da atividade turística no município.

LEGISLAÇÃO TURÍSTICA

A gestão do turismo envolve não apenas a organização administrativa do setor, mas também a existência de um conjunto de normas capaz de orientar, regulamentar e dar segurança ao desenvolvimento da atividade no território municipal. A legislação exerce papel fundamental nesse processo, pois estabelece diretrizes, competências, instrumentos de gestão, critérios de uso dos espaços e parâmetros relacionados à preservação ambiental, à ordenação urbana, à formalização de serviços e à qualificação da oferta turística.

Instrumentos como leis, decretos, planos, códigos municipais, políticas de incentivo, normas ambientais e diretrizes de uso e ocupação do solo contribuem para criar um ambiente mais seguro, planejado e favorável ao turismo. Esses mecanismos permitem fortalecer a governança local, dar maior previsibilidade para empreendedores e investidores, orientar a atuação do poder público e institucionalizar estruturas importantes, como o Conselho Municipal de Turismo, o Fundo Municipal de Turismo e o próprio Plano Municipal de Turismo.

Nesse sentido, o presente plano considera as principais legislações federais, estaduais e municipais relacionadas aos aspectos turísticos, urbanísticos, ambientais, culturais e institucionais que influenciam o desenvolvimento da atividade no município. Essa análise contribui para identificar oportunidades, limitações e necessidades de adequação normativa, oferecendo subsídios para que o turismo se desenvolva de forma ordenada, sustentável, segura e alinhada às políticas públicas existentes.

Legislação Federal

● **Decreto nº 84.934**, de 21 de julho de 1980 – Dispõe sobre as atividades e serviços das Agências de Turismo, regulamenta o seu registro e funcionamento e dá outras providências.

● **Lei nº 8.623**, de 28 de janeiro de 1993 – Regulamentação da Profissão de Guia de Turismo.

● **Decreto nº 946**, de 1º de outubro de 1993 – Regulamenta a Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, que dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e dá outras providências.

● **Lei nº 10.257**, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade – Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

● **Lei nº 11.771**, de 17 de setembro de 2008 – Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do governo federal no Lei planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, institui o Sistema Nacional de Turismo – SNT.

● **Decreto nº 7381**, de 02 de dezembro de 2010 – Regulamenta a Lei nº 11.771 de 2008 que dispões sobre a Política Nacional de Turismo.

● **Portaria nº 100**, de 16 de junho de 2011 – Institui o sistema brasileiro de classificação de meios de hospedagem, estabelece critérios de classificação, cria o conselho técnico nacional de classificação de meios de hospedagem e dá outras providências.

● **Lei nº 12.587**, de 3 de janeiro de 2012 — Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e dá outras providências.

● **Lei nº 12.974**, de 15 de maio de 2014 – Dispõe sobre as atividades das agências de turismo.

● **Lei nº 13.17**1, de 21 de outubro de 2015 – Dispõe sobre o empregador rural.

● **Portaria nº 8**, de 6 de janeiro de 2017 – Institui o programa de qualificação internacional em turismo e hospitalidade.

● **Lei nº 13.467**, de 13 de julho de 2017 – Altera a CLT a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho (trabalho intermitente).

● **Lei nº 13.785**, de 27 de dezembro de 2018 – Determina o registro de veículo do guia de turismo, seu cônjuge ou dependente, no desempenho de suas atividades profissionais.

● **Decreto nº 9,763**, de 11 de abril de 2019 – Regulamenta o inciso XI do artigo 5.º da Lei 11.771/2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.

● **Decreto nº 10.172**, de 11 de dezembro de 2019 – Institui o Serviço Social Autônomo Embratur – Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo.

● **Portaria nº 632**, de 14 de setembro de 2020 – Institui o fórum de mobilidade e conectividade turística no âmbito do Ministério do Turismo.

● **Portaria do MTur nº 37**, de 11 de novembro de 2021 - Estabelece as normas e condições a serem observadas no exercício da atividade de Guia de Turismo.

● **Portaria INPI nº 4**, de 12 de janeiro de 2022 – Estabelece as condições para o registro das Indicações Geográficas.

● **Decreto nº 12.136**, de 9 de agosto de 2024 – Aprova o Plano Nacional de Turismo para o quadriênio 2024-2027.

● **Lei nº 14.978**, de 18 de setembro de 2024 – Institui a nova Lei Geral do Turismo, atualizando a Política Nacional de Turismo e redefinindo o Sistema Nacional de Turismo.

● **Portaria do MTur nº 06**, de 28 de março de 2025 - Estabelece critérios e procedimentos para a formalização, execução e prestação de contas de convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos para execução de projetos e atividades integrantes dos programas do Ministério do Turismo.

● **Portaria MTur nº 25**, de 03 de setembro de 2025 – Estabelece as condições para o cadastramento de Produtor Rural e Agricultor Familiar no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos - Cadastur.

● **Portaria MTur nº 42,** de 03 de dezembro de 2025 – Aprova o detalhamento do Programa de Formalização de Prestadores de Serviços Turísticos no âmbito do Plano Nacional de Turismo - PNT - 2024-2027.

● **Portaria MTur nº 01**, de 30 de janeiro de 2026 – Dispõe sobre as normas do Programa de Regionalização do Turismo, do Mapa do Turismo Brasileiro e da Categorização dos Municípios no Mapa do Turismo Brasileiro.

Legislação Estadual de Santa Catarina

● **Lei nº 4.240**, de 30 de outubro de 1968 – Define a política estadual de turismo, cria o departamento autônomo de turismo do estado de Santa Catarina, revoga a lei 3.684, de 9 de julho de 1965.

● **Lei n° 13.792**, de 18 de julho de 2006 – Instituiu o Plano Estadual da Cultura, do Turismo e do Desporto do Estado de Santa Catarina – PDIL.

● **Lei nº 14.361**, de 25 de janeiro de 2008 – Estabelece a política de apoio ao Turismo Rural na Agricultura Familiar de Santa Catarina.

● **Lei nº 14.367**, de 25 de janeiro de 2008 – Dispõe sobre o Conselho Estadual de Turismo e o Conselho Estadual de Esporte.

● **Lei nº 16.971**, de 26 de julho de 2016 – Institui o Tratamento Favorecido e Simplificado para o Microprodutor Primário do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

● **Lei nº 17.094**, de 16 de janeiro de 2017 – Altera a Lei no 14.367, de 2008, que "Dispõe sobre o Conselho Estadual de Turismo, o Conselho Estadual de Cultura e o Conselho Estadual de Esporte e estabelece outras providências".

● **Lei nº 17.449**, de 10 de janeiro de 2018 – Institui o Sistema Estadual de Cultura.

● **Decreto nº 1.559**, de 03 de abril de 2018 – Regulamenta o art. 5º da Lei nº 16.971, de 2016, que institui o Tratamento Favorecido e Simplificado para o Microprodutor Primário do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

● **Lei Complementar nº 741**, de 12 de junho de 2019 – Dispõe sobre a estrutura organizacional básica e cria a Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa catarina (SANTUR), autarquia estadual vinculada ao Gabinete do Governador.

● **Lei nº 18.109**, de 11 de maio de 2021 – Altera a Lei Nº 14.361/2008, que "Estabelece a política de apoio ao Turismo Rural na Agricultura Familiar de Santa Catarina".

● **Lei nº 18.208**, de 16 de setembro de 2021 – Cria regras para definição de municípios de interesse turístico e adota outras providências.

● **Lei nº 18.384**, de 7 de junho de 2022 – Institui a Política de Incentivo ao Cicloturismo no âmbito do Estado de Santa Catarina.

● **Lei nº 18.646**, de 05 de junho de 2023 – Altera a Lei Complementar nº 741, de 2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional básica e o modelo de gestão da Administração Pública Estadual, no âmbito do Poder Executivo, e estabelece outras providências. A lei extingue a Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina (SANTUR) e cria a Secretaria de Estado do Turismo (SETUR).

● **Lei nº 19.382**, de 24 de julho de 2025 – Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de guia de turismo no estado de Santa Catarina.

● **Decreto nº 1.232**, de 15 de outubro de 2025 – Institui o Título Beto Carrero de Excelência no Turismo e estabelece outras providências.

Legislação Municipal de Romelândia

● **Lei nº 2.347**, de 09 de julho de 2019 - Institui programa de fomento ao desenvolvimento socioeconômico do Município de Romelândia, constitui o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e dá outras providências.

● **Lei Complementar nº 05**, de 22 de junho de 2023 - Institui a Política Municipal do Meio Ambiente e o Sistema Municipal de Proteção, Controle, Fiscalização, Melhoria da Qualidade e Licenciamento Ambiental, cria o Fundo Municipal do Meio Ambiente e dá outras providências.

● **Lei Complementar nº 02**, de 08 de abril de 2025 - Altera a Lei Complementar nº 001/2009, acrescentando o Departamento de Turismo na estrutura da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico de Romelândia/SC, e dá outras providências.

● **Lei nº 2.734,** de 10 de junho de 2025 - Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo de Romelândia - COMTUR, e dá outras providências.

● **Lei nº 2.768**, de 18 de novembro de 2025 - Dispõe sobre a destinação e o recebimento de patrocínio pelo Município de Romelândia e dá outras providências.

● **Lei Complementar nº 14**, de 18 de novembro de 2025 - Institui a Política Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação e cria o Programa de Inovação.

Impactos e Limitações das Políticas Públicas no Desenvolvimento Turístico

As políticas públicas exercem papel essencial na organização e no fortalecimento do turismo, pois criam as condições institucionais necessárias para planejar, coordenar e executar ações voltadas ao desenvolvimento do setor. Em Romelândia, os avanços recentes na estruturação da gestão municipal de turismo representam um passo importante para dar maior legitimidade, continuidade e capacidade de articulação às iniciativas relacionadas à atividade turística.

A existência de instrumentos legais contribui para que o turismo deixe de ser tratado apenas como uma ação pontual e passe a integrar a agenda estratégica do município. Esse movimento impacta diretamente o segmento turístico, pois favorece a participação dos empreendedores, amplia o diálogo com a comunidade, fortalece a articulação regional e cria bases mais sólidas para a captação de recursos, a qualificação da oferta e a promoção do destino

Entretanto, o principal desafio está em transformar a estrutura institucional existente em resultados práticos. Para isso, é necessário garantir o funcionamento efetivo do Conselho Municipal de Turismo, fortalecer a atuação técnica da gestão pública, definir prioridades, prever recursos orçamentários e manter a integração com a governança regional. Sem essa consolidação, as políticas públicas podem ter alcance limitado, dificultando a estruturação de produtos turísticos.

Nesse contexto, destaca-se a importância da elaboração e implementação do Plano Municipal de Turismo como instrumento norteador da política pública municipal para o setor. O plano deve estabelecer uma visão de longo prazo para o desenvolvimento turístico de Romelândia, definindo metas, prioridades, programas, estratégias de promoção e diretrizes de sustentabilidade compatíveis com a realidade local.

Mais do que um documento técnico, o Plano Municipal de Turismo deve funcionar como uma ferramenta de gestão, capaz de orientar decisões, organizar investimentos, integrar ações entre secretarias municipais e fortalecer a atuação do Conselho Municipal de Turismo. Sua implementação permitirá que as iniciativas deixem de ocorrer de forma isolada e passem a compor uma agenda contínua, planejada e monitorada.

Paralelamente, torna-se fundamental avançar em políticas voltadas à valorização do patrimônio cultural e natural, ao incentivo à qualificação dos empreendedores locais e ao estímulo de parcerias entre poder público, iniciativa privada, entidades de apoio e comunidade. A preservação dos atrativos, a melhoria da qualidade dos serviços, o fortalecimento da identidade local e a estruturação de experiências turísticas são fatores essenciais para ampliar a atratividade do destino e gerar maior permanência e consumo no município. Essas ações contribuem para que o turismo seja desenvolvido de forma responsável, respeitando as características do território e promovendo benefícios econômicos, sociais e culturais para a população.

CAPÍTULO 6

DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

O diagnóstico estratégico apresenta uma visão clara da situação atual do município, analisando a oferta de produtos, atrativos, equipamentos e serviços, além de avaliar fatores internos e externos que impactam o desenvolvimento do turismo no destino.

RECONHECIMENTO DO DESTINO

O reconhecimento do destino foi realizado a partir do levantamento do portfólio de produtos, atrativos, eventos, serviços e experiências com potencial turístico em Romelândia. Esse processo considerou as contribuições de empreendedores locais, lideranças comunitárias e representantes do poder público municipal, garantindo que o diagnóstico refletisse a realidade do território e os elementos já reconhecidos e valorizados pela comunidade.

Para a construção do diagnóstico estratégico, foram adotados procedimentos técnicos como visitas in loco, observação direta, entrevistas, escuta dos atores locais e mapeamento dos principais equipamentos e serviços de apoio ao turismo. Entre os aspectos analisados, destacam-se meios de hospedagem, estabelecimentos gastronômicos, espaços de visitação, propriedades rurais, estruturas de lazer, eventos comunitários, manifestações culturais, atrativos naturais e demais elementos capazes de compor a experiência do visitante.

Essa etapa é fundamental para compreender as potencialidades, limitações e oportunidades do município, servindo de base para a definição das estratégias de desenvolvimento turístico. As informações levantadas orientam a qualificação da oferta, a organização de produtos e roteiros, o fortalecimento da governança e as futuras ações de promoção turística de Romelândia.

Associação dos gaioleiros Batendo Biela





Fotos: Associação dos gaioleiros Batendo Biela/ Disponibilizadas pelos proprietários

A Associação dos Gaioleiros Batendo Biela configura-se como uma entidade voltada à promoção do esporte de trilha de gaiola, modalidade do automobilismo off-road caracterizada pela condução de veículos tubulares desenvolvidos para enfrentar terrenos acidentados, áreas alagadas, trechos de lama e obstáculos naturais. A atividade destaca-se pelo caráter esportivo, recreativo e de aventura, atraindo participantes e espectadores.

A associação realiza encontros, trilhas e eventos abertos à comunidade, proporcionando momentos de integração entre praticantes, visitantes e moradores.

Chácara Essência de Viver



Fotos: Chácara Essência de Viver/ Disponibilizadas pelos proprietários

A Chácara Essência de Viver configura-se como um atrativo voltado ao turismo de natureza, lazer e experiências gastronômicas, proporcionando aos visitantes momentos de convivência em ambiente rural acolhedor e integrado à paisagem natural.

O espaço destaca-se pela oferta de comida afetiva preparada em fogão a lenha, valorizando os sabores tradicionais e a cultura local, além de disponibilizar estrutura para realização de eventos corporativos, confraternizações e celebrações particulares.

Grupo de Artesanato Cultural Palhas Mágicas



Fotos: Grupo de Artesanato Cultural Palhas Mágicas/ Natíz

O Grupo de Artesanato Cultural Palhas Mágicas é uma importante expressão da cultura e das tradições locais, reunindo artesãs que preservam e difundem o saber-fazer do trançado em palha de trigo. A partir de técnicas transmitidas entre gerações, a matéria-prima é transformada artesanalmente em chapéus, bolsas, peças decorativas e diversos outros produtos que representam a identidade cultural e o patrimônio imaterial da comunidade.

O grupo contribui para a valorização dos conhecimentos tradicionais, promovendo a preservação de práticas culturais que integram a história do município e fortalecem o artesanato local.

Gruta Nossa Senhora de Lourdes na Linha Giotto



Fotos: Gruta Nossa Senhora de Lourdes na Linha Giotto/ Disponibilizadas pela comunidade

A Gruta Nossa Senhora de Lourdes, localizada na Linha Giotto, configura-se como um importante atrativo de turismo religioso e contemplação do município. O espaço destaca-se por seu significado espiritual e cultural, atraindo visitantes e devotos que buscam momentos de oração, reflexão e conexão com a fé em um ambiente marcado pela tranquilidade e pela integração com a natureza.

Administrada pela comunidade local, a gruta desempenha papel relevante na preservação das tradições religiosas da região.

Igreja Católica Imaculada Conceição



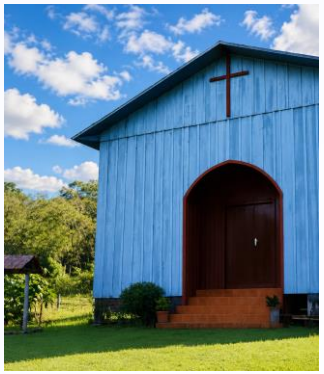



Fotos: Igreja Católica Imaculada Conceição/ Facebook da Paróquia

A Igreja Católica Imaculada Conceição, localizada na área central do município, configura-se como um importante patrimônio religioso e espaço de manifestação da fé da comunidade local. O templo destaca-se por sua relevância espiritual, histórica e cultural, sendo um ponto de referência para moradores e visitantes que buscam vivenciar momentos de oração, reflexão e devoção.

A igreja recebe regularmente fiéis para a realização de missas, celebrações litúrgicas e demais rituais religiosos, desempenhando papel fundamental na preservação das tradições e valores da comunidade. Além de sua função religiosa, o espaço integra o conjunto de atrativos culturais do município, contribuindo para o fortalecimento do turismo religioso e para a valorização da identidade local.

Capela Nossa Senhora dos Navegantes




Fotos: Capela Nossa Senhora dos Navegantes/Google Maps

A Capela Nossa Senhora dos Navegantes, localizada na Linha Sargento, configura-se como um importante patrimônio religioso e espaço de manifestação da fé da comunidade local. Vinculada à tradição católica, a capela recebe regularmente fiéis para missas, celebrações litúrgicas, festas religiosas e demais momentos de devoção, mantendo viva uma história de religiosidade que remonta ao período de colonização do município.

Além de sua função espiritual, a capela desempenha papel relevante na preservação das tradições, dos valores comunitários e da memória local. Por seu significado histórico, religioso e cultural, integra o conjunto de atrativos do município, contribuindo para o fortalecimento do turismo religioso e para a valorização da identidade da comunidade.

Pousada Romelândia





Fotos: Pousada Romelândia/ Natíz

A Pousada Romelândia configura-se como uma opção de hospedagem localizada na área central do município. O empreendimento vem ampliando gradativamente sua estrutura de atendimento, acompanhando o crescimento da demanda e fortalecendo a oferta de meios de hospedagem no destino.

A pousada disponibiliza acomodações para diferentes perfis de hóspedes, incluindo quartos individuais, de casal e para famílias, além de serviço de café da manhã. Com ambiente acolhedor e atendimento voltado ao bem-estar dos visitantes, o estabelecimento contribui para o desenvolvimento das atividades turísticas em Romelândia.

Praça Municipal Angelim Balestrin



Fotos: Praça Municipal Angelim Balestrin/ Natíz

A Praça Municipal Angelim Balestrin é um importante espaço de convivência, lazer e integração comunitária, localizada na área central do município. Situada junto à sede da administração municipal, a praça desempenha papel relevante como ponto de encontro para moradores e visitantes, contribuindo para a dinâmica urbana e para a valorização dos espaços públicos.

O local conta com parque destinado ao público infantil e amplas áreas gramadas que proporcionam ambiente agradável para descanso, recreação e realização de atividades ao ar livre.

Recanto do Rosário



Fotos: Recanto do Rosário/ Disponibilizadas pelo proprietário

O Recanto do Rosário configura-se como um atrativo de turismo rural e gastronômico que proporciona aos visitantes uma imersão nos sabores, tradições e modos de vida do campo. Localizado em propriedade rural, o espaço destaca-se pela oferta de pratos típicos preparados em fogão a lenha, valorizando receitas familiares preservadas ao longo de gerações e que refletem a identidade cultural da região.

O atrativo fortalece o turismo de experiência ao proporcionar momentos de convivência, resgate cultural e conexão com as tradições locais, contribuindo para a preservação do patrimônio gastronômico e para a diversificação da oferta turística do município.

Recanto Vale da Paz



Fotos: Recanto Vale da Paz/ Disponibilizadas pelo proprietário

O Recanto Vale da Paz configura-se como um atrativo de turismo rural voltado ao lazer, descanso e contato com a natureza. Localizado no interior do município, o empreendimento oferece um ambiente tranquilo e acolhedor, ideal para visitantes que buscam momentos de relaxamento e desconexão da rotina em meio às paisagens características da região.

O espaço conta com casa destinada à hospedagem e área de piscina para lazer, proporcionando estrutura adequada para estadas de curta e média duração. Cercado por áreas naturais e pela tranquilidade do meio rural, o Recanto Vale da Paz favorece experiências de contemplação, convivência e bem-estar, contribuindo para a diversificação da oferta turística local e para a valorização dos recursos naturais do município.

Sítio Perondi






Fotos: Sítio Perondi/ Natíz

O local destaca-se pela valorização da memória familiar, dos saberes transmitidos entre gerações e do modo de vida rural, proporcionando aos visitantes uma vivência autêntica e conectada à identidade cultural do município.

A propriedade dispõe de espaço para confraternizações, almoços e jantares destinados a grupos. Entre os atrativos, destaca-se a trilha em meio à natureza, que permite aos visitantes apreciar a paisagem rural e conhecer aspectos históricos e culturais da região. O sítio também abriga antigas taipas de pedra, elementos que testemunham o processo de ocupação e desenvolvimento da propriedade, constituindo um importante patrimônio histórico e cultural que contribui para a preservação da memória e das tradições locais.

Uvas Ledur




Fotos: Uvas Ledur/ Disponibilizadas pelo proprietário

A Uvas Ledur configura-se como um atrativo de turismo rural e de experiência, proporcionando aos visitantes a oportunidade de vivenciar o cultivo da uva e o contato direto com a produção agrícola familiar. Localizado em área rural do município, o empreendimento destaca-se pela valorização da agricultura local e pela aproximação entre produtores e visitantes.

Durante o período de colheita, o sítio oferece a experiência de “colha e pague”, permitindo que os visitantes realizem a colheita das próprias uvas diretamente nos parreirais, vivenciando de forma prática as atividades do campo. A experiência proporciona contato com a natureza, conhecimento sobre a produção da fruta e momentos de lazer em ambiente rural, contribuindo para a diversificação da oferta turística do município e para a valorização das atividades agrícolas como atrativo turístico.

Vivenda Laticínios Coloniais







Fotos: Vivenda Laticínios Coloniais/ Disponibilizadas pelo proprietário

O empreendimento valoriza os saberes e tradições da agroindústria familiar, oferecendo aos visitantes a oportunidade de conhecer os processos produtivos e a qualidade dos produtos que representam a identidade regional.

Localizada às margens da rodovia SC, a empresa possui fácil acesso e posição estratégica, favorecendo a visitação de turistas e viajantes que transitam pela região. O empreendimento recebe grupos para visitas guiadas, proporcionando experiências relacionadas à produção de alimentos, ao meio rural e à valorização da cultura local. Além de contribuir para a diversificação da oferta turística do município, a Vivenda Laticínios Coloniais fortalece a integração entre turismo, agroindústria e gastronomia, agregando valor à produção local e promovendo experiências

Eventos programados

Mês	Evento
Janeiro	Folia de Rei
Janeiro	Encontro de Violeiros ‘’Prosa e Viola’’
Janeiro	Encontro Motoqueiros Grupo Liberdade Sem Limites
Fevereiro	Rodeio Crioulo CTG Antônio Brum
Fevereiro	Romaria Nossa Senhora de Lourdes
Maio	Baile de Kerb - Linha Primeirinha
Junho	Festa Corpus Crist - Sede Rosário
Junho	Festa Junina
Julho	Festa do Colono e Motorista
Setembro	Feira do Comércio Local
Setembro	FEMUR - Festival da Música de Romelândia
Setembro	Campeonato de Gaiolas

Mês	Evento
Outubro	Dia do Idoso - Festas Itinerantes
Novembro	Trilheiros Lebrões do Oeste
Dezembro	Natal Iluminado

Mensalmente	Feira do Artesanato

Durante o ano todo	Campeonatos Municipais de Futebol de Campo, Futsal e Futebol Suiço

Análise da oferta hoteleira, gastronômica e de serviços turísticos

A análise da oferta hoteleira, gastronômica e de serviços turísticos de Romelândia evidencia um sistema ainda em estágio inicial de estruturação, característico de destinos emergentes. A base atual de serviços é limitada, o que impacta diretamente a capacidade de recepção de visitantes, a permanência no município e a consolidação do turismo como atividade econômica complementar.

No segmento de hospedagem, observa-se baixa capacidade de leitos e pouca diversidade de empreendimentos voltados ao atendimento turístico. Essa condição pode limitar o fluxo de visitantes, especialmente em períodos de maior demanda, como eventos, encontros comunitários e atividades locais que atraem público de outros municípios. Por outro lado, essa lacuna representa uma oportunidade para estimular novos investimentos, principalmente em hospedagens de pequeno porte, pousadas rurais, cabanas e propriedades familiares adaptadas ao turismo de experiência.

A oferta gastronômica também se apresenta restrita, com estabelecimentos voltados principalmente ao atendimento cotidiano da população local. Apesar disso, Romelândia possui potencial para fortalecer a gastronomia como elemento de identidade territorial, a partir da valorização de produtos coloniais, alimentos artesanais, receitas familiares e saberes tradicionais presentes na comunidade. A integração desses elementos aos eventos comunitários, feiras, festas locais e futuros roteiros turísticos pode ampliar a atratividade do município e gerar novas oportunidades de renda.

No campo dos serviços turísticos, identifica-se a ausência de guias, agências receptivas, operadores, transporte turístico e profissionais especializados na condução de experiências. Essa limitação dificulta a formatação de roteiros, a comercialização de produtos turísticos e a oferta de experiências integradas ao visitante. Ainda assim, o cenário indica um campo favorável para capacitação, empreendedorismo local, formalização de serviços e fortalecimento da cadeia produtiva do turismo.

Um ponto relevante para Romelândia é a presença de eventos comunitários, religiosos, culturais, esportivos e gastronômicos que já mobilizam a população local e atraem visitantes. Esses eventos representam uma oportunidade estratégica para ampliar o fluxo turístico, divulgar atrativos, valorizar produtos locais, envolver empreendedores e estimular o consumo no município. Com planejamento, comunicação adequada e integração com a oferta local, essas iniciativas podem funcionar como porta de entrada para o desenvolvimento turístico.

Diante desse contexto, verifica-se que a oferta turística de Romelândia ainda é limitada, mas apresenta condições favoráveis para expansão e qualificação. O avanço do turismo dependerá da articulação entre poder público, COMTUR, iniciativa privada, comunidade e parceiros institucionais, com foco na estruturação da oferta, valorização da identidade local, qualificação dos serviços e aproveitamento dos eventos como indutores de visitação e dinamização econômica.

ANÁLISE SWOT DO DESTINO



A análise SWOT é uma ferramenta consolidada de planejamento estratégico que permite diagnosticar, de forma estruturada, as **forças, fraquezas, oportunidades e ameaças** relacionadas ao desenvolvimento do turismo em um determinado território. Sua aplicação possibilita identificar os elementos-chave que influenciam o desempenho do destino, subsidiando a formulação de estratégias mais assertivas e orientadas para resultados.

A seguir, detalha-se cada um dos componentes da metodologia:

Strengths (Forças) Correspondem aos fatores internos que conferem vantagem competitiva ao destino turístico. Podem incluir atributos naturais, patrimônio cultural, identidade local, capital humano, infraestrutura existente, localização estratégica ou organização institucional. São elementos já presentes no território e que podem ser fortalecidos, aprimorados e potencializados por meio de ações coordenadas dos gestores e atores locais.

Weaknesses (Fraquezas) Referem-se aos aspectos internos que limitam ou dificultam o desenvolvimento turístico. Entre eles podem estar lacunas na infraestrutura, deficiência na qualificação profissional, baixa articulação entre os atores do setor, fragilidade na promoção do destino ou ausência de produtos turísticos estruturados. Por se tratarem de fatores internos, são passíveis de correção e melhoria mediante planejamento, investimento e gestão eficiente.

Opportunities (Oportunidades) Relacionam-se aos fatores externos que podem favorecer o crescimento do turismo no destino. Envolvem tendências de mercado, ampliação da conectividade, programas de incentivo governamental, novas demandas de público, fortalecimento do turismo regional ou mudanças positivas no ambiente regulatório. Embora estejam fora do controle direto do município, podem ser estrategicamente aproveitadas para ampliar a competitividade do destino

Threats (Ameaças) Dizem respeito aos fatores externos que podem representar riscos ao desenvolvimento turístico, como instabilidades econômicas, alterações climáticas, mudanças no comportamento do consumidor, concorrência de destinos consolidados ou crises sanitárias e ambientais. Ainda que não possam ser controladas localmente, a identificação dessas ameaças é essencial para a elaboração de estratégias preventivas e mitigadoras.

Quando aplicada a um destino turístico, a análise SWOT oferece uma visão sistêmica e integrada do cenário, permitindo compreender as condições internas e o ambiente externo que influenciam sua competitividade. Além disso, contribui para fundamentar o planejamento estratégico, orientar a definição de prioridades e estruturar políticas, programas e iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável do turismo.

Para que a análise seja efetiva, é fundamental que sua construção ocorra de forma participativa, envolvendo os diversos atores do ecossistema turístico. A participação de representantes do poder público, empreendedores, trabalhadores do setor, lideranças comunitárias e demais interessados amplia a legitimidade do processo, qualifica as informações levantadas e fortalece o compromisso coletivo com as estratégias definidas.

Nesse contexto, a análise SWOT do turismo de Romelândia foi elaborada de forma colaborativa durante o 1º Seminário de Planejamento Turístico do município, consolidando as percepções, contribuições e expectativas dos participantes quanto ao desenvolvimento do setor. Os resultados estão apresentados a seguir.

FORÇAS

- Identidade comunitária forte e hospitalidade reconhecida.
- Ambiente seguro, tranquilo e acolhedor.
- Paisagens naturais e rurais com potencial turístico.
- Vocação para turismo rural, agroexperiências e natureza.
- Gastronomia típica e produtos coloniais valorizados.
- Eventos comunitários e tradicionais já existentes.
- Baixo risco de turismo de massa.
- Comunidade favorável ao desenvolvimento sustentável.
- Possibilidade de integração com roteiros regionais.

FRAQUEZAS

- Atrativos ainda pouco estruturados para visitação.
- Falta de sinalização turística e interpretativa.
- Baixa oferta de hospedagem e serviços turísticos.
- Divulgação turística ainda limitada.
- Ausência de informações organizadas ao visitante.
- Conectividade frágil em áreas do interior.
- Pouca capacitação para atendimento ao turista.
- Produtos turísticos ainda não formatados.
- Dependência de iniciativas pontuais e pouco integradas.

OPORTUNIDADES

- Criar roteiros integrados de turismo rural, natureza e cultura.
- Fortalecer parcerias com municípios da região.
- Valorizar eventos tradicionais como atrativos turísticos.
- Ampliar a presença digital do destino.
- Capacitar empreendedores e prestadores de serviços.
- Estimular novos negócios ligados ao turismo.
- Captar recursos para infraestrutura e sinalização.
- Integrar gastronomia, artesanato e produtos coloniais à oferta turística.

AMEAÇAS

- Baixa inserção atual no mercado turístico regional.
- Municípios próximos com produtos turísticos mais consolidados.
- Fluxo turístico ainda dependente de eventos e datas específicas.
- Sazonalidade das experiências rurais e naturais.
- Conectividade limitada em algumas áreas do interior.
- Necessidade de recursos externos para obras e melhorias.
- Necessidade de ampliar parcerias para fortalecer a promoção regional.

CAPÍTULO 7

POSICIONAMENTO DE MERCADO

Este capítulo define os segmentos prioritários do destino, identifica os produtos com maior potencial de desenvolvimento e analisa sua competitividade frente ao mercado turístico.

POSICIONAMENTO DE MERCADO

O posicionamento de mercado constitui um elemento estratégico para orientar o desenvolvimento turístico de um destino, definindo como o município pretende ser reconhecido pelos visitantes e qual será seu papel dentro do contexto regional do turismo. Essa definição permite direcionar investimentos, estruturar produtos turísticos e orientar as estratégias de promoção e comercialização.

No caso de Romelândia, o posicionamento turístico foi construído a partir da análise integrada das características territoriais do município, das percepções da comunidade, do diagnóstico estratégico realizado no processo participativo e das tendências contemporâneas do mercado turístico.

Trata-se de um município de pequeno porte, com forte presença da agricultura familiar, paisagens rurais preservadas, tradições culturais e um ambiente comunitário marcado pela hospitalidade e pela qualidade de vida no interior. Esses elementos configuram uma base sólida para o desenvolvimento de um turismo de pequena escala, orientado pela autenticidade das experiências e pela valorização da identidade local.

Nesse contexto, o posicionamento de Romelândia não se orienta pela lógica do turismo de massa, mas pela consolidação gradual de um destino acolhedor, voltado a visitantes que buscam tranquilidade, contato com a natureza, vivências culturais e experiências ligadas ao modo de vida do campo.

TENDÊNCIAS DO MERCADO TURÍSTICO

O mercado turístico passa por um ciclo de crescimento e transformação, marcado pela valorização de experiências autênticas, pela busca por destinos menos massificados e pelo fortalecimento de viagens conectadas à cultura, à natureza, à gastronomia e ao modo de vida das comunidades locais. Em escala global, o turismo segue como uma das principais atividades econômicas, com participação relevante no PIB, geração de empregos e movimentação de cadeias produtivas ligadas à hospedagem, alimentação, transporte, comércio, eventos e serviços.

No Brasil, esse movimento também se reflete em resultados expressivos. Em 2025, o país registrou o maior volume da série histórica no turismo internacional, com mais de 9,2 milhões de turistas estrangeiros, além de arrecadação recorde de aproximadamente US$ 7,9 bilhões em gastos de visitantes internacionais, segundo dados da Embratur e do Banco Central. Embora municípios de pequeno porte não dependam diretamente do turismo internacional, esses indicadores demonstram o fortalecimento da imagem do Brasil como destino turístico e ampliam as oportunidades para destinos regionais organizados, autênticos e capazes de oferecer experiências diferenciadas.

Santa Catarina também acompanha esse cenário de expansão. Em 2025, o estado apresentou forte crescimento na chegada de turistas internacionais, consolidando-se como um dos destinos mais competitivos do país. Esse desempenho fortalece o ambiente turístico catarinense como um todo e cria oportunidades para que municípios do interior, como Romelândia, se integrem de forma mais estratégica aos fluxos regionais, especialmente por meio do turismo rural, de natureza, cultural, gastronômico e de eventos.

As tendências recentes apontam que os viajantes estão buscando mais do que visitar lugares: desejam vivenciar experiências com significado. Cresce o interesse por destinos alternativos, tranquilos, sustentáveis e com identidade própria, especialmente aqueles capazes de proporcionar contato com a natureza, participação em atividades locais, gastronomia afetiva, produtos artesanais, memórias familiares, hospitalidade e conexão com a comunidade. Esse comportamento favorece municípios de pequena escala que preservam características territoriais autênticas e ainda não estão inseridos em circuitos turísticos massificados.

Outro fator relevante é a influência das novas gerações e das tecnologias digitais no processo de escolha das viagens. Millennials e integrantes da Geração Z utilizam intensamente redes sociais, plataformas digitais, avaliações online, vídeos curtos e ferramentas de inteligência artificial para pesquisar destinos, organizar roteiros e decidir onde consumir. Isso reforça a necessidade de presença digital qualificada, informações atualizadas, atrativos bem apresentados, imagens profissionais, roteiros claros e comunicação alinhada aos novos hábitos de consumo turístico.

Nesse contexto, Romelândia apresenta oportunidades compatíveis com as principais tendências do mercado. O município conta com paisagens rurais, cultura comunitária, religiosidade, eventos locais, gastronomia caseira, produção associada ao meio rural e um modo de vida que pode ser transformado em experiências turísticas autênticas. Os eventos comunitários, culturais, religiosos, esportivos e gastronômicos já existentes também representam uma importante porta de entrada para o turismo, pois atraem visitantes, movimentam a economia local e podem ser integrados à promoção dos atrativos, produtos coloniais, artesanato, gastronomia e futuros roteiros turísticos.

Para aproveitar esse cenário favorável, torna-se fundamental estruturar produtos turísticos de forma gradual e realista, priorizando experiências autênticas, sustentáveis e conectadas ao território.

SEGMENTOS TURÍSTICOS

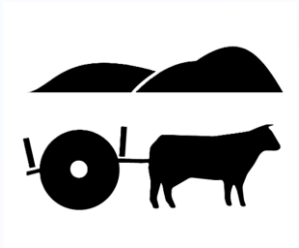
Os segmentos turísticos são categorias que organizam o mercado de turismo com base nas motivações da viagem, no perfil do visitante ou nas características da oferta do destino. A segmentação é uma estratégia essencial de planejamento, pois permite estruturar produtos, direcionar investimentos e definir ações de promoção de forma mais eficiente e competitiva.

De acordo com o Ministério do Turismo, a segmentação pode ser estabelecida tanto pelos elementos de identidade da oferta (o que o destino possui) quanto pelas variáveis da demanda (quem é o visitante e o que ele busca).

Considerando que a segmentação turística pode ser estruturada tanto a partir da identidade da oferta existente quanto das características da demanda, o Plano Municipal de Turismo de Romelândia adotou como critério orientador a análise dos potenciais territoriais, culturais e produtivos do município. A definição dos segmentos prioritários parte do reconhecimento das vocações locais, da escala territorial, do estágio inicial de desenvolvimento do setor e das tendências contemporâneas do mercado turístico.

Essa segmentação orienta o direcionamento das políticas públicas, investimentos e estratégias de promoção, buscando o melhor aproveitamento das potencialidades locais e a estruturação de produtos turísticos coerentes com as demandas atuais do mercado. Ao focar em segmentos alinhados à sua identidade e capacidade de desenvolvimento, Romelândia estabelece bases sólidas para um crescimento turístico sustentável, organizado e competitivo no cenário regional.

Diante desse contexto, identificam-se como segmentos estratégicos para Romelândia.

			
Turismo Rural	**Turismo de Natureza**	**Turismo Cultural**	**Turismo de experiência**

O **Turismo Rural** destaca-se pela valorização das propriedades agrícolas, dos modos de vida do campo e da gastronomia típica, possibilitando a integração entre produção local.

O **Turismo de Natureza** encontra respaldo nas paisagens, áreas verdes e potencial para atividades ao ar livre, alinhando-se à crescente busca por destinos tranquilos e menos massificados.

O **Turismo Cultural** apresenta potencial a partir das tradições, festividades, identidade comunitária e patrimônio imaterial do município, fortalecendo o sentimento de pertencimento e ampliando as oportunidades de geração de renda local.

De forma transversal, o **Turismo de Experiência** integra os demais segmentos ao propor vivências, participação ativa do visitante e conexão com o território.

ANÁLISE DO SETOR COMPETITIVO

A análise do setor competitivo de Romelândia deve considerar sua inserção no contexto regional do Extremo Oeste Catarinense e sua relação com municípios próximos que já apresentam algum fluxo turístico, de eventos, negócios ou passagem. A região possui características favoráveis ao desenvolvimento do turismo, como paisagens rurais, atrativos naturais, religiosidade, gastronomia local, eventos comunitários, hospitalidade e proximidade com rotas de deslocamento regional.

Romelândia está localizada em uma área de influência de municípios como Anchieta, Palma Sola, São Miguel do Oeste, Maravilha, Flor do Sertão, Barra Bonita, Campo Erê, Santa Terezinha do Progresso e São Miguel da Boa Vista, além de manter conexão com a região turística Vale das Águas. Nesse entorno, há destinos com diferentes níveis de estruturação: São Miguel do Oeste e Maravilha se destacam como polos regionais de comércio, serviços, eventos, hospedagem e fluxo de pessoas a trabalho; Anchieta e Palma Sola apresentam maior associação com turismo de natureza, aventura, cachoeiras, trilhas e experiências ao ar livre; enquanto outros municípios próximos possuem potencial ligado à ruralidade, religiosidade, lazer local e eventos comunitários.

Um aspecto relevante para a competitividade regional é a presença da SC-161, rodovia que passa por Romelândia e conecta municípios como Palma Sola, Anchieta, Flor do Sertão e acessos à BR-282, favorecendo a circulação de pessoas entre municípios, estados e fluxos em direção à fronteira com a Argentina. Essa condição amplia o potencial de Romelândia para captar visitantes em deslocamento, especialmente quando houver sinalização adequada, comunicação turística, atrativos organizados e serviços preparados para receber esse público.

Nesse cenário, Romelândia não deve buscar competir diretamente com cidades maiores ou destinos já mais consolidados, mas posicionar-se como destino complementar, aproveitando sua localização, sua identidade rural e seus atrativos próprios. A oportunidade está em estruturar experiências simples e autênticas, vinculadas à natureza, à cultura local, à religiosidade, à gastronomia, aos eventos comunitários e ao modo de vida do interior.

Os eventos locais representam uma importante porta de entrada para o turismo, pois já atraem moradores, familiares, visitantes regionais e pessoas de municípios vizinhos. Quando integrados à divulgação dos atrativos, à comercialização de produtos locais, à gastronomia e a pequenos roteiros de visitação, esses eventos podem ampliar o fluxo turístico, estimular o consumo no comércio local e fortalecer a imagem de Romelândia como município acolhedor e com identidade própria.

Dessa forma, a competitividade turística de Romelândia dependerá menos da quantidade de equipamentos turísticos disponíveis e mais da capacidade de organizar sua oferta, qualificar serviços, melhorar a presença digital, estruturar informações ao visitante, valorizar seus eventos e integrar-se aos fluxos regionais. Com planejamento e articulação, o município pode ocupar um espaço estratégico como destino complementar no entorno do Vale das Águas e do Extremo Oeste Catarinense.

POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO DO DESTINO

O posicionamento estratégico de um destino turístico refere-se à forma como o município pretende ser percebido pelo mercado, orientando seu papel dentro do sistema turístico regional e direcionando as decisões relacionadas à estruturação da oferta, promoção, qualificação dos serviços e desenvolvimento de produtos turísticos.

No caso de Romelândia, o posicionamento deve considerar o estágio atual de desenvolvimento do turismo no município, caracterizado por uma oferta ainda em processo de organização, mas sustentada por ativos territoriais relevantes, como a vida no campo, os eventos comunitários, a gastronomia afetiva, os espaços ao ar livre, a religiosidade, as paisagens naturais e a hospitalidade local.

Nesse contexto, Romelândia não deve buscar competir diretamente com destinos mais consolidados em infraestrutura, volume de visitantes ou atrativos de grande escala. Sua oportunidade está em construir uma proposta própria, baseada em experiências simples, autênticas e conectadas ao cotidiano da comunidade, valorizando aquilo que diferencia o município: o ambiente rural, os encontros comunitários, as tradições locais, os produtos caseiros, o contato com a natureza e o acolhimento característico do interior.

O desenvolvimento turístico deverá ocorrer de forma gradual, planejada e sustentável, priorizando a organização da oferta existente, a qualificação dos serviços, o fortalecimento dos eventos, a valorização da comunidade e a criação de experiências compatíveis com a realidade local. Essa abordagem permite ampliar os benefícios econômicos do turismo sem descaracterizar o território, contribuindo para diversificar a economia, fortalecer o sentimento de pertencimento e posicionar Romelândia como um destino autêntico no contexto regional.

PÚBLICO ALVO PRIORITÁRIO

A definição do público-alvo prioritário tem como objetivo identificar os perfis de visitantes com maior potencial de interesse pela oferta turística de Romelândia. Essa definição orienta as estratégias de comunicação, promoção, estruturação de produtos, organização de eventos e qualificação dos serviços, permitindo que o município direcione seus esforços para públicos mais compatíveis com sua realidade territorial.

Considerando as características locais, Romelândia apresenta maior potencial para atrair visitantes regionais, de curta permanência, interessados em experiências simples, acolhedoras e conectadas à natureza, à vida no campo, à gastronomia afetiva e aos eventos comunitários. De forma geral, o público tende a ser composto por famílias, casais, grupos de amigos, visitantes adultos, pessoas idosas, grupos escolares e viajantes em circulação pela região.

Entre os públicos prioritários, destacam-se:

- **Famílias da região:** Público formado por adultos, crianças e adolescentes que buscam opções de lazer seguras, tranquilas e próximas de casa. Esse perfil valoriza espaços ao ar livre, contato com a natureza, gastronomia local, eventos comunitários e atividades que possam ser vivenciadas em conjunto.
- **Casais e pequenos grupos de adultos:** Inclui visitantes jovens e adultos interessados em passeios de curta duração, momentos de descanso, experiências no campo, alimentação caseira, paisagens naturais e ambientes acolhedores. É um público que tende a valorizar autenticidade, simplicidade e atendimento próximo.
- **Visitantes motivados por eventos comunitários:** Abrange pessoas de diferentes idades que se deslocam até o município para participar de festas, eventos religiosos, culturais, esportivos, gastronômicos e encontros comunitários. Esse público já possui uma motivação concreta de visita e pode ser estimulado a conhecer outros atrativos.

- **Turistas interessados em experiências rurais e gastronomia afetiva:** Público composto principalmente por adultos e famílias que buscam contato com o modo de vida do interior, produtos coloniais, alimentos caseiros, receitas familiares, vivências em propriedades rurais e experiências ligadas à memória, à tradição e à cultura local.
- **Grupos escolares, institucionais e comunitários:** Inclui estudantes, professores, associações, grupos da terceira idade, entidades e instituições que podem se interessar por visitas educativas, atividades de integração, experiências no meio rural, educação ambiental, cultura local, religiosidade e valorização dos saberes comunitários.
- **Visitantes em deslocamento regional:** Compreende viajantes que circulam pela SC-161 e por rotas de ligação entre municípios, estados e áreas de fronteira. Esse público pode ser atraído por boa sinalização, comunicação turística, eventos, pontos de parada, gastronomia e atrativos de fácil acesso.

A definição clara desses públicos contribui para orientar decisões práticas do desenvolvimento turístico, como a criação de campanhas de marketing mais assertivas, a escolha dos canais de comunicação, a linguagem utilizada na promoção do destino e a capacitação da população e dos empreendedores para atender melhor esses perfis de visitantes. Além disso, permite direcionar a formatação de produtos, eventos, roteiros e experiências para nichos com maior potencial de interesse, aumentando a efetividade das ações e evitando esforços dispersos em públicos pouco aderentes à realidade do município.

CAPÍTULO 8

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

As estratégias de desenvolvimento do Plano Municipal de Turismo definem as diretrizes e ações prioritárias para promover o fortalecimento, a organização e o crescimento sustentável da atividade turística no município.

VISÃO

A visão, conforme Chiavenato e Sapiro (2009), representa a imagem que a organização projeta de si mesma no futuro, traduzindo o propósito maior a ser alcançado. No contexto do Plano Municipal de Turismo, a visão estabelece o horizonte estratégico do destino, orientando decisões, prioridades e investimentos. Trata-se de um direcionador fundamental para a estruturação da atividade turística, pois explícita a identidade pretendida, o posicionamento desejado e o papel que o município almeja desempenhar no cenário regional.

Embora a visão seja uma projeção de futuro, sua formulação deve partir de uma análise realista do estágio atual de desenvolvimento do turismo local. Romelândia encontra-se em processo inicial de organização da oferta turística, com estrutura ainda incipiente em termos de equipamentos, serviços e produtos consolidados.

Diante desse contexto, o desafio estratégico consiste em estruturar gradualmente sua oferta, qualificar os empreendedores e fortalecer a governança local, de modo a consolidar uma identidade própria.

A partir dessas premissas, o grupo de trabalho durante o 3º Seminário de Planejamento definiu a *Visão do Turismo para Romelândia*, considerando os desafios, as potencialidades e o papel desejado para o município no desenvolvimento regional, estabelecendo-a nos seguintes termos:

Tornar Romelândia um destino reconhecido em turismo rural e de experiência, conectando visitantes às paisagens, aos sabores, aos saberes e às vivências que expressam a essência do município.

EIXOS DE DESENVOLVIMENTO

O turismo se consolida de forma efetiva quando os atrativos de um território são organizados e estruturados em produtos capazes de atender às expectativas do mercado. Potenciais isolados não geram competitividade, é a organização sistêmica da oferta que transforma recursos em experiências consumíveis. O mercado turístico contemporâneo demanda produtos diferenciados, autênticos e bem estruturados, capazes de entregar valor percebido ao visitante.

O desenvolvimento turístico, portanto, não ocorre de maneira espontânea. Ele resulta de um processo de estruturação planejada do destino, sustentado por bases estratégicas que assegurem qualidade, organização e posicionamento competitivo. Estruturar o turismo significa organizar seus componentes essenciais de forma integrada, articulando atrativos, serviços, infraestrutura, gestão e promoção.

Dessa forma, compreendendo o turismo como um sistema integrado e orientado ao mercado, a metodologia aplicada neste Plano organiza o processo de desenvolvimento em eixos estratégicos, que funcionam como pilares estruturantes para a consolidação de um destino competitivo e sustentável.

Nesse contexto, os eixos estratégicos não representam apenas áreas temáticas de atuação, mas diretrizes orientadoras que organizam prioridades, alinham esforços institucionais e direcionam investimentos públicos e privados. Eles permitem estabelecer uma lógica de desenvolvimento gradual e consistente, garantindo que as ações implementadas estejam integradas entre si e conectadas à visão de futuro definida para o destino. Ao estruturar o planejamento a partir desses pilares, cria-se uma base sólida para transformar potencialidades em resultados concretos e mensuráveis.

Para Romelândia, os eixos estratégicos estruturam-se a partir das seguintes dimensões:



EIXO 1 | GOVERNANÇA



EIXO 2 | OFERTA TURÍSTICA



EIXO 3 | INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS



EIXO 4 | PROMOÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO



EIXO 5 | SUSTENTABILIDADE

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. Fortalecer a governança do turismo no município
2. Regulamentar e operacionalizar o Fundo Municipal
3. Garantir a permanência do município no Mapa do Turismo Brasileiro
4. Estabelecer integração ativa com a Instância de Governança Regional (IGR)
5. Manter sempre atualizado o Inventário da Oferta Turística
6. Fortalecer a oferta turística e incentivar a formalização dos empreendimentos turísticos locais
7. Estruturar roteiros e experiências turísticas
8. Estimular investimentos públicos e privados em equipamentos turísticos
9. Implantar sinalização turística padronizada
10. Mapear e priorizar melhorias em acessos, mobilidade e conectividade no campo
11. Promover capacitações técnicas para empreendedores e trabalhadores do setor
12. Ampliar a oferta de serviços de apoio ao turismo
13. Desenvolver identidade visual e posicionamento estratégico do destino
14. Implantar presença digital (site, redes sociais)
15. Ampliar a presença do município em roteiros, eventos e ações promocionais
16. Promover a sustentabilidade e a gestão responsável
17. Fortalecer a valorização sociocultural e o engajamento comunitário

PLANO DE AÇÃO

EIXO 1 – GOVERNANÇA

Objetivo: Fortalecer a governança do turismo no município

Ação	Prioridade	Responsáveis	Prazo
Elaborar e instituir por Decreto do Executivo Municipal o Regimento Interno do COMTUR	Alta	Poder Público + COMTUR	Curto
Instituir calendário anual de reuniões ordinárias do COMTUR e estimular a participação assídua dos seus membros	Alta	COMTUR	Curto
Capacitação dos conselheiros e gestores públicos em políticas públicas de turismo	Alta	Poder Público + COMTUR	Médio
Instituir rotina de monitoramento do Plano Municipal de Turismo com reuniões trimestrais, ata, indicadores e prestação pública de resultados	Alta	Poder Público + COMTUR	Curto

Curto Prazo: até 1 ano | **Médio Prazo:** de 1 até 3 anos | **Longo Prazo:** de 3 até 5 anos

Criar uma agenda permanente de articulação com associações, empreendedores e lideranças comunitárias para tomada de decisão compartilhada	Média	Poder Público + COMTUR + Setor Privado + Comunidade	Curto

Objetivo: Regulamentar e operacionalizar o Fundo Municipal

Ação	Prioridade	Responsáveis	Prazo
Criar, regulamentar e operacionalizar o Fundo Municipal de Turismo, definindo suas fontes de receita, finalidades, governança, participação do COMTUR, critérios de aplicação dos recursos, projetos prioritários e mecanismos de captação e monitoramento	Alta	Poder Público	Médio
Estruturar estratégia anual de captação de recursos para o Fundo (emendas parlamentares, convênios, parcerias e receitas próprias)	Alta	Poder Público + COMTUR	Médio
Implantar mecanismo anual de chamada e priorização de projetos turísticos	Média	Poder Público + COMTUR	Médio

Curto Prazo: até 1 ano | **Médio Prazo:** de 1 até 3 anos | **Longo Prazo:** de 3 até 5 anos

Objetivo: Garantir a entrada e permanência do município no Mapa do Turismo Brasileiro

Ação	Prioridade	Responsáveis	Prazo
Criar checklist anual de conformidade documental do município para o Mapa, com responsável formal pela atualização das exigências	Alta	Poder Público	Curto
Atender aos critérios do Ministério do Turismo para integração ao Mapa do Turismo	Alta	Poder Público + COMTUR	Permanente
Manter documentação e informações atualizadas no sistema do Ministério do Turismo	Alta	Poder Público	Curto

Objetivo: Estabelecer integração ativa com a Instância de Governança Regional IGR

Ação	Prioridade	Responsáveis	Prazo
Formalizar representante titular e suplente do município para participação contínua nas agendas da IGR	Alta	Poder Público + COMTUR	Curto
Participar ativamente de reuniões, ações e planejamento regional	Média	Poder Público + Setor Privado	Médio
Articular a inserção dos produtos e experiências turísticas locais em roteiros regionais, por meio de parcerias com a IGR, empreendimentos e municípios vizinhos	Alta	Poder Público + COMTUR	Curto
Avaliar a celebração de Termo Associativo do município junto a IGR Vale das Águas	Alta	Poder Público + COMTUR	Curto
Elaborar agenda anual de alinhamento com a IGR, definindo prioridades conjuntas, eventos integrados e ações de promoção regional	Alta	Poder Público + COMTUR + IGR	Curto

Curto Prazo: até 1 ano | **Médio Prazo:** de 1 até 3 anos | **Longo Prazo:** de 3 até 5 anos

EIXO 2 – OFERTA TURÍSTICA

Objetivo: Manter sempre atualizado o Inventário da Oferta Turística

Ação	Prioridade	Responsáveis	Prazo
Realizar inventário completo da oferta turística municipal: Atrativos, meios de hospedagem, alimentação, eventos, equipamentos e serviços de apoio	Alta	Poder Público	Curto
Realizar atualização periódica do inventário da oferta turística	Média	Poder Público	Permanente
Padronizar ficha de inventário com informações de localização, tipologia, contatos e estágio de formalização	Alta	Poder Público + COMTUR	Curto
Designar responsável técnico pela manutenção e atualização contínua do inventário	Alta	Poder Público	Curto
Disponibilizar versão digital do inventário para consulta pública e utilização em ações de promoção e planejamento	Alta	Poder Público	Médio

Curto Prazo: até 1 ano | **Médio Prazo:** de 1 até 3 anos | **Longo Prazo:** de 3 até 5 anos

Objetivo: Fortalecer a oferta turística e incentivar a formalização dos empreendimentos turísticos locais

Ação	Prioridade	Responsáveis	Prazo
Implantar programa municipal de orientação à formalização com foco em CNPJ/MEI/Produtor Rural, documentação básica, CADASTUR e emissão fiscal	Alta	Poder Público + COMTUR + Setor Privado + Entidades	Curto
Criar políticas públicas de incentivo aos empreendimentos turísticos e ações relacionadas	Alta	Poder Público + COMTUR	Médio
Realizar eventos temáticos ligados à cultura e identidade local	Média	Setor Privado	Longo
Estruturar mecanismo simples e padronizado para que empreendedores turísticos repassem periodicamente informações ao Poder Público	Alta	Poder Público	Curto

Repassar periodicamente ao Poder Público informações básicas sobre fluxo turístico, perfil de visitantes e movimentação estimada	Alta	Setor Privado	Curto
Realizar estudo de viabilidade técnica, jurídica e ambiental para uso turístico controlado das áreas de barragens	Média	Poder Público + Órgão gestor das barragens	Médio

Objetivo: Estruturar roteiros e experiências turísticas

Ação	Prioridade	Responsáveis	Prazo
Identificar experiências e potenciais atrativos para criação de rotas e/ou roteiros turísticos	Alta	Poder Público + Setor Privado	Curto
Estimular venda cruzada e pacotes integrados entre empreendimentos do município e da região	Média	Setor Privado + COMTUR	Médio
Oferecer oficina/workshop de formatação de experiências turísticas	Média	Poder Público + Setor Privado	Médio
Criar 1 a 2 Rotas e/ou Roteiros do município e testar com público piloto	Alta	Poder Público + Setor Privado	Médio

Curto Prazo: até 1 ano | **Médio Prazo:** de 1 até 3 anos | **Longo Prazo:** de 3 até 5 anos

Objetivo: Estimular investimentos públicos e privados em equipamentos turísticos

Ação	Prioridade	Responsáveis	Prazo
Mapear áreas estratégicas para investimento em equipamentos turísticos	Média	Poder Público	Médio
Definir lista de projetos prioritários para infraestrutura turística	Média	Poder Público + COMTUR	Curto
Estruturar banco de projetos executivos para captação de recursos estaduais e federais	Média	Poder Público	Longo
Estimular parcerias público-privadas (PPPs) ou concessões simplificadas	Média	Poder Público	Longo
Priorizar investimentos estruturantes em espaços de apoio ao visitante, áreas de parada, sinalização, embelezamento e qualificação de atrativos	Alta	Poder Público	Médio

Curto Prazo: até 1 ano | **Médio Prazo:** de 1 até 3 anos | **Longo Prazo:** de 3 até 5 anos



EIXO 3 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

Objetivo: Implantar sinalização turística padronizada

Ação	Prioridade	Responsáveis	Prazo
Elaborar projeto de sinalização turística com padrão visual, hierarquia de placas e priorização dos principais acessos e atrativos	Alta	Poder Público	Médio
Implantar sinalização direcional, interpretativa e de orientação ao visitante, incluindo áreas rurais	Alta	Poder Público	Médio
Incentivar, nos empreendimentos, sinalização mínima de risco, orientação e identificação	Alta	Poder Público	Curto
Estabelecer plano de manutenção e conservação da sinalização instalada	Média	Poder Público	Permanente

Curto Prazo: até 1 ano | **Médio Prazo:** de 1 até 3 anos | **Longo Prazo:** de 3 até 5 anos

Objetivo: Mapear e priorizar melhorias em acessos, mobilidade e conectividade no campo

Ação	Prioridade	Responsáveis	Prazo
Mapear estradas, trechos críticos, cobertura de sinal e gargalos de acesso aos atrativos e empreendimentos	Alta	Poder Público	Curto
Criar plano de priorização de obras e manutenção com foco em acessibilidade, trafegabilidade e segurança do visitante	Alta	Poder Público	Médio
Elaborar diagnóstico dos pontos com baixa cobertura de telefonia e internet nas áreas turísticas, priorizar trechos críticos e protocolar plano de negociação com operadoras e parceiros para ampliação da conectividade rural	Alta	Poder Público + Parcerias privadas	Médio
Estimular a ampliação da oferta de prestadores de serviço de mobilidade e transfer	Baixa	Poder Público + Setor Privado	Longo

Curto Prazo: até 1 ano | **Médio Prazo:** de 1 até 3 anos | **Longo Prazo:** de 3 até 5 anos

Objetivo: Promover capacitações técnicas para empreendedores e trabalhadores do setor

Ação	Prioridade	Responsáveis	Prazo
Estruturar um programa anual de capacitação continuada, com trilhas formativas para diferentes perfis da cadeia turística (empreendedores, gestores públicos, trabalhadores e comunidade)	Alta	Poder Público + Setor Privado	Curto
Firmar convênio com entidades como SEBRAE, SENAC, EPAGRI, universidades e associações empresariais para execução contínua de capacitações e consultorias	Alta	Poder Público	Curto
Organizar visitas técnicas a municípios com experiências consolidadas	Média	COMTUR + Setor Privado	Curto
Trabalhar integração entre hospedagem, alimentação, atrativos e comércio	Média	Poder Público + Setor Privado	Médio
Implantar programa de formação para jovens e sucessão familiar no turismo rural	Média	Poder Público	Médio

Curto Prazo: até 1 ano | **Médio Prazo:** de 1 até 3 anos | **Longo Prazo:** de 3 até 5 anos

Objetivo: Ampliar a oferta de serviços de apoio ao turismo

Ação	Prioridade	Responsáveis	Prazo
Mapear lacunas na oferta de serviços turísticos (hospedagem, alimentação, transporte, guiamento)	Alta	Poder Público	Curto
Mapear oportunidades para implantação de meios de hospedagem e promover rodada de apresentação dessas oportunidades a proprietários rurais e investidores locais	Média	COMTUR + Setor Privado	Curto
Incentivar empreendimentos a ofertarem serviços complementares e itens extras que ampliem permanência e ticket médio do turista	Média	Setor Privado + Poder Público	Médio
Articular parcerias com municípios vizinhos para suprir lacunas de serviços	Média	Poder Público + Setor Privado	Médio
Incentivar empreendedores a estruturarem serviços de guiamento, e transporte turístico	Alta	Poder Público + Setor Privado	Médio

Curto Prazo: até 1 ano | **Médio Prazo:** de 1 até 3 anos | **Longo Prazo:** de 3 até 5 anos

Capacitar prestadores de serviços e o comércio local, com foco em hospitalidade, excelência no atendimento ao cliente e valorização do conhecimento cultural e do turismo local	Alta	Poder Público + Setor Privado	Médio



EIXO 4 – PROMOÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Objetivo: Desenvolver identidade visual e posicionamento estratégico

Ação	Prioridade	Responsáveis	Prazo
Criar marca turística de Romelândia com manual básico de uso, narrativa territorial e mensagens-chave do destino	Alta	Poder Público + COMTUR + Setor Privado	Curto
Aplicar a identidade em materiais físicos, digitais, eventos e sinalização	Média	Poder Público	Médio
Padronizar comunicação visual nos atrativos e equipamentos turísticos	Média	Poder Público + Setor Privado	Médio
Desenvolver plano estratégico de comunicação do destino	Alta	Poder Público + Setor Privado	Médio

Curto Prazo: até 1 ano | **Médio Prazo:** de 1 até 3 anos | **Longo Prazo:** de 3 até 5 anos

Objetivo: Implantar presença digital (site, redes sociais)

Ação	Prioridade	Responsáveis	Prazo
Implantar portal ou página oficial do turismo com informações do destino, roteiros, agenda, mapa e contatos	Alta	Poder Público + Setor Privado	Curto
Estruturar redes sociais do destino com calendário editorial, produção contínua e campanhas colaborativas com empreendedores	Alta	Poder Público + Setor Privado + COMTUR	Curto
Definir responsáveis pelo gerenciamento e execução das ações relacionadas a presença digital	Alta	Poder Público + Setor Privado + COMTUR	Curto
Estruturar banco institucional de imagens atualizado e organizado para uso em campanhas, site e materiais promocionais	Média	Poder Público	Médio
Incentivar o cadastro de experiências turísticas em plataformas digitais de divulgação e comercialização	Alta	Poder Público + Setor Privado	Curto

Curto Prazo: até 1 ano | **Médio Prazo:** de 1 até 3 anos | **Longo Prazo:** de 3 até 5 anos

Objetivo: Ampliar a presença do município em roteiros, eventos e ações promocionais

Ação	Prioridade	Responsáveis	Prazo
Estruturar portfólio comercial contendo roteiros, atrativos, diferenciais e contatos institucionais	Alta	Poder Público	Curto
Estabelecer agenda anual de participação em feiras e eventos	Média	Poder Público	Médio
Realizar agenda comercial com operadores e agências de turismo após a consolidação do portfólio do destino	Média	Setor Privado	Longo
Criar ações promocionais integradas com municípios vizinhos	Média	Poder Público	Médio
Estruturar calendário anual de turismo e eventos do município	Alta	COMTUR	Curto
Estruturar e manter atualizado banco de contatos estratégicos do trade turístico (operadores, agências, imprensa especializada e influenciadores)	Alta	Poder Público	Curto

Curto Prazo: até 1 ano | **Médio Prazo:** de 1 até 3 anos | **Longo Prazo:** de 3 até 5 anos

EIXO 5 – SUSTENTABILIDADE

Objetivo: Promover a sustentabilidade e a gestão responsável

Ação	Prioridade	Responsáveis	Prazo
Elaborar e divulgar orientações básicas de uso responsável para visitantes e empreendedores	Alta	Poder Público + COMTUR	Curto
Orientar empreendimentos turísticos quanto à separação e descarte adequado de resíduos e adoção de boas práticas ambientais	Alta	Poder Público + COMTUR	Médio
Estabelecer diretrizes ambientais mínimas para realização de eventos turísticos, incluindo organização do descarte de resíduos e redução de descartáveis	Alta	Poder Público	Curto
Elaborar diretrizes básicas de preservação para áreas naturais sensíveis com visitação turística	Média	Poder Público	Médio
Estimular práticas de visitação de baixo impacto ambiental nos roteiros estruturados pelo município	Média	Poder Público + Setor Privado	Médio

Curto Prazo: até 1 ano | **Médio Prazo:** de 1 até 3 anos | **Longo Prazo:** de 3 até 5 anos

Objetivo: Fortalecer a valorização sociocultural e o engajamento comunitário

Ação	Prioridade	Responsáveis	Prazo
Mapear manifestações culturais, culinária, modos de fazer, tradições e saberes locais com potencial de integração ao turismo	Alta	Poder Público	Curto
Desenvolver ações de sensibilização junto à comunidade sobre a importância do turismo para o desenvolvimento local e preservação da identidade cultural	Média	Poder Público + COMTUR	Permanente
Inserir manifestações culturais nos eventos oficiais do município	Alta	Poder Público + COMTUR	Médio
Implantar ações de turismo educativo nas escolas municipais	Média	Poder Público	Médio
Realizar encontros periódicos nas comunidades locais e apresentar resultados e oportunidades geradas pelo turismo	Média	Poder Público + COMTUR	Permanente

Curto Prazo: até 1 ano | **Médio Prazo:** de 1 até 3 anos | **Longo Prazo:** de 3 até 5 anos

Incentivar a participação da comunidade no COMTUR	Alta	Poder Público + COMTUR	Curto
Incentivar a formalização e organização de grupos culturais e artesanais com potencial turístico	Média	Poder Público + COMTUR	Médio

CAPÍTULO 9

AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

A avaliação e o monitoramento do Plano Municipal de Turismo constituem instrumentos essenciais para assegurar a efetividade das ações propostas e acompanhar a evolução do turismo no município.

Em muitos projetos públicos, especialmente no setor turístico, uma das principais fragilidades está na ausência de mecanismos sistemáticos de acompanhamento dos resultados. Nesse contexto, monitorar o desenvolvimento das ações e medir seus impactos torna-se fundamental para identificar avanços, corrigir eventuais desvios e orientar decisões estratégicas ao longo da implementação do plano.

Mais do que um conjunto de indicadores, o processo de avaliação e monitoramento deve ser compreendido como uma ferramenta de gestão estratégica. A partir da análise contínua de dados e informações, torna-se possível compreender o comportamento do setor turístico no município, avaliar os impactos econômicos, sociais e ambientais da atividade e gerar subsídios técnicos para o aprimoramento das políticas públicas voltadas ao turismo.

Para viabilizar esse acompanhamento, o Plano Municipal de Turismo de Romelândia estabelece um sistema estruturado de indicadores que permitirá monitorar o desempenho e a evolução do setor ao longo do tempo. Esses indicadores estão organizados em diferentes dimensões de análise, contemplando aspectos econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento turístico, possibilitando uma visão abrangente dos resultados gerados pela atividade no território.

Cabe destacar que a adoção de um sistema permanente de monitoramento não substitui a necessidade de revisão periódica do Plano Municipal de Turismo. **O presente plano foi estruturado para um horizonte de cinco anos e deverá ser revisitado anualmente** para análise do avanço das metas estabelecidas, realização de ajustes estratégicos e eventual incorporação de novas ações, considerando as dinâmicas do mercado turístico e as transformações do contexto local.

SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO TURISMO

Para viabilizar o acompanhamento das ações previstas neste Plano, foi estruturado um sistema de indicadores que permitirá monitorar a evolução e os impactos da atividade turística no município. Possibilitando uma análise integrada do desenvolvimento do turismo em Romelândia e subsidiando a tomada de decisões estratégicas ao longo da implementação do plano.

Os indicadores estão organizados em três dimensões:



Metodologia de Acompanhamento

O acompanhamento dos indicadores será realizado de forma sistemática, com consolidação anual dos dados coletados. A coleta das informações será de responsabilidade do Poder Público Municipal, por meio das secretarias envolvidas com a atividade turística, enquanto a validação ocorrerá no âmbito do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), garantindo análise conjunta da governança local. Os resultados deverão ser apresentados em reunião do Conselho e posteriormente sistematizados em relatório simplificado para divulgação no portal oficial do município, assegurando transparência pública. Esse processo também permitirá a comparação histórica dos dados, possibilitando acompanhar a evolução do turismo no município e subsidiar a análise estratégica da gestão municipal.

PAINEL DE INDICADORES DO TURISMO

DIMENSÃO ECONÔMICA

Número de estabelecimentos turísticos ativos

Descrição: Total de empresas ligadas ao turismo em operação no município.
Fonte: Cadastro municipal / CNPJ / Inventário turístico.
Periodicidade: Anual.
Objetivo: Medir crescimento da oferta e formalização.

Empregos Formais no Setor Turístico

Descrição: Número de vínculos empregatícios formais em atividades turísticas.
Fonte: CNAEs relacionados ao turismo.
Periodicidade: Anual.
Objetivo: Avaliar geração de renda e impacto no mercado de trabalho.

Receita Estimada Relacionada ao Turismo

Descrição: Estimativa de movimentação econômica vinculada às atividades turísticas.
Fonte: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento
Periodicidade: Anual.
Objetivo: Avaliar retorno econômico para o município.

Novos negócios na cadeia do turismo

Descrição: Número de novos empreendimentos turísticos abertos no ano.
Fonte: Alvarás e registros municipais.
Periodicidade: Anual.
Objetivo: Monitorar dinamismo econômico.

Fluxo turístico anual

Descrição: Número estimado de visitantes no município.
Fonte: Meios de hospedagem, eventos e estimativas oficiais.
Periodicidade: Anual.
Objetivo: Medir crescimento da demanda.

Permanência média do visitante

Descrição: Número médio de dias que o visitante permanece no município.
Fonte: Pesquisa com visitantes + dados de hospedagem.
Periodicidade: Anual
Objetivo: Avaliar atratividade e potencial de aumento de consumo local.

Ticket médio do visitante

Descrição: Gasto médio individual estimado por turista.
Fonte: Pesquisa aplicada com visitantes.
Periodicidade: Anual.
Objetivo: Avaliar impacto econômico individual.

Investimentos Públicos em Turismo

Descrição: Valor anual investido pelo município em ações e infraestrutura turística.
Fonte: Orçamento municipal.
Periodicidade: Anual
Objetivo: Acompanhar compromisso institucional com o setor.

Investimentos Privados no Setor Turístico

Descrição: Estimativa de novos investimentos realizados por empreendedores no setor turístico.
Fonte: Declaração voluntária dos empreendedores + registros de alvarás.
Periodicidade: Anual
Objetivo: Medir confiança do setor privado e dinamismo econômico.

DIMENSÃO SOCIAL

Participação nas Reuniões do COMTUR

Descrição: Número médio de participantes e taxa de presença nas reuniões
Fonte: Atas do COMTUR.
Periodicidade: Anual
Objetivo: Monitorar fortalecimento da governança e engajamento institucional.

Índice de Qualificação da Mão de Obra

Descrição: % de trabalhadores do setor que participaram de capacitações no período.
Fonte: Registros de cursos e programas de capacitação.
Periodicidade: Anual.
Objetivo: Monitorar melhoria na qualidade dos serviços.

Índice de Satisfação do Turista

Fonte: Pesquisa com escala de 0 a 10.
Indicador: Média das avaliações.
Periodicidade: Contínua ou anual.
Objetivo: Avaliar qualidade da experiência turística.

Índice de Satisfação da Comunidade

Fonte: Pesquisa simplificada com moradores.
Indicador: Percentual de respostas positivas sobre os impactos do turismo.
Periodicidade: Bienal.
Objetivo: Monitorar percepção social e aceitação do turismo.

DIMENSÃO AMBIENTAL

Ações de Sustentabilidade Implementadas

Descrição: Número de ações de preservação ambiental ou turismo sustentável executadas no período (separação de resíduos, reflorestamento, economia de água ou energia, etc.).
Fonte: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Desenvolvimento Econômico e Turismo
Periodicidade: Anual.
Objetivo: Avaliar compromisso ambiental do destino.

Ações de Educação Ambiental Relacionadas ao Turismo

Descrição: Número de campanhas, oficinas ou atividades educativas realizadas.
Fonte: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Desenvolvimento Econômico e Turismo
Periodicidade: Anual
Objetivo: Fortalecer cultura de preservação ambiental no município.

CAPÍTULO 10

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do turismo em Romelândia representa uma oportunidade estratégica para a diversificação econômica, a valorização do território e o fortalecimento da identidade local. Embora o município ainda se encontre em fase inicial de estruturação da atividade turística, o diagnóstico realizado ao longo deste Plano evidencia a existência de potenciais relevantes associados às paisagens naturais, ao ambiente rural, aos eventos tradicionais, à cultura local e à hospitalidade característica das pequenas comunidades do interior.

Esses elementos constituem uma base promissora para a construção de experiências turísticas autênticas, capazes de valorizar o modo de vida local e gerar novas oportunidades para empreendedores, produtores rurais, artesãos, prestadores de serviços e demais atores da cadeia produtiva. Além disso, tais características estão alinhadas às tendências contemporâneas do mercado turístico, especialmente à crescente busca por destinos tranquilos, experiências personalizadas, contato com a natureza, gastronomia regional, vivências culturais e relações mais próximas com a comunidade receptora.

Entretanto, a consolidação do turismo em Romelândia exige um processo gradual, planejado e contínuo de organização da oferta. Entre os principais desafios identificados estão a ampliação e qualificação dos serviços turísticos, a estruturação de produtos capazes de transformar potenciais em experiências organizadas, o fortalecimento da governança local, a melhoria da promoção do destino e o estímulo ao empreendedorismo vinculado ao turismo. Nesse contexto, a atuação articulada entre poder público, iniciativa privada, entidades de apoio, empreendedores e comunidade local torna-se condição essencial para que o turismo se desenvolva de forma sustentável, competitiva e integrada à realidade do município.

O poder público municipal assume papel central nesse processo, especialmente na coordenação das políticas públicas, na criação de condições institucionais favoráveis ao desenvolvimento do setor e no estímulo à participação dos diferentes atores envolvidos.

Cabe à gestão municipal fomentar a organização da atividade turística, apoiar a qualificação da mão de obra, incentivar a formalização e a melhoria dos serviços, promover a integração entre empreendedores e buscar investimentos que contribuam para a estruturação do destino. Da mesma forma, o fortalecimento do Conselho Municipal de Turismo — COMTUR — e da governança local será fundamental para garantir continuidade, participação social e alinhamento das ações previstas neste Plano Municipal de Turismo.

Outro aspecto relevante refere-se à integração regional. Romelândia está inserida em um território onde o turismo vem gradualmente ganhando espaço, com municípios próximos desenvolvendo iniciativas, roteiros e produtos turísticos que podem complementar a oferta local. Essa realidade abre oportunidades para a construção de parcerias e arranjos colaborativos, permitindo que o município participe de experiências regionais, ao mesmo tempo em que consolida seus próprios diferenciais. A cooperação regional fortalece o posicionamento do destino, amplia a visibilidade do município e favorece a geração de fluxo turístico de forma mais consistente.

Por fim, é importante destacar que a implementação deste Plano Municipal de Turismo exige continuidade, compromisso institucional e acompanhamento permanente das ações propostas. O turismo é uma atividade dinâmica e em constante transformação, o que requer capacidade de adaptação, inovação e revisão periódica das estratégias adotadas. Assim, o monitoramento dos resultados, o engajamento da governança local e o compromisso do poder público com a execução das ações planejadas serão determinantes para que o turismo se consolide como uma atividade capaz de gerar desenvolvimento sustentável, oportunidades econômicas, valorização cultural, preservação ambiental e benefícios diretos à comunidade de Romelândia.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL (ANAC). **Anuário do Transporte Aéreo**: panorama do mercado de transporte aéreo. Brasília: ANAC, [s.d.]. Disponível em: https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/mercado-do-transporte-aereo/panorama-do-mercado/anuario-transporte-aereo. Acesso em: 29 jan. 2026.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL). **Painel Meu Município**: dados de telecomunicações por município. Brasília: ANATEL, [s.d.]. Disponível em: https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/meu-municipio. Acesso em: 05 mai. 2026.

AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO – ARIS. 2022. **Relatório de atualização de metas do plano municipal de saneamento básico.** Disponível em: https://romelandia.sc.gov.br/uploads/sites/465/2025/12/Atualizacao-de-Metas-2022-ROMELANDIA.pdf. Acesso em: 09 mai. 2026.

AGÊNCIA DE REGULAÇÃO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS). Município de Romelândia (SC): informações regulatórias. Florianópolis: ARIS, [s.d.]. Disponível em: https://www.aris.sc.gov.br/municipio/romelandia. Acesso em: 04 mai. 2026.

AEROPORTO DE CHAPECÓ. **Aeroporto Serafim Enoss Bertaso**: informações institucionais. Chapecó: Prefeitura Municipal de Chapecó, [s.d.]. Disponível em: https://chapeco-aero.com.br/. Acesso em: 29 jan. 2026.

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** 2010. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/4215208#sec-educacao. Acesso em: 09 mai. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.026/2020.** Atualiza o marco legal do saneamento básico e dá outras providências. Brasília, 15 de julho de 2020.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Sistema Nacional de Informações em Saneamento – SINISA**. *Base de dados do saneamento básico*. Ano-base 2023. Brasília: Ministério das Cidades, 2024.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Sistema Nacional de Informações em Saneamento – SINISA**. *Diagnóstico dos Serviços de Esgotamento Sanitário*. Ano-base 2023. Brasília: Ministério das Cidades, 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES**: informações da unidade de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, [s.d.]. Disponível em: https://cnes2.datasus.gov.br/Mod_Conjunto.asp?VCo_Unidade=4200552625350. Acesso em: **29 jan. 2026**.

CASAN – COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO. **Índices de atendimento urbano de água**. Florianópolis: CASAN, [s.d.]. Disponível em: https://www.casan.com.br/menu-conteudo/index/url/indices-de-atendimento-urbano-agua-2#0. Acesso em: 02 fev. 2026.

CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE (CONSEMA). **Resolução nº 250/2024.** Aprova, nos termos do inciso XIII, do art. 12, da Lei Nº 14675/2009, a listagem das atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, define os estudos ambientais necessários e estabelece outras providências. Estado de Santa Catarina, 08 de agosto de 2024.

EMBRATUR, 2025. **Tendências do turismo 2025.** Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/rede-inteligencia-mercado/RevistaTendncias2025vfinal.pdf Acesso em: **29 mar. 2026.**

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022.

INSTITUTO ÁGUA E SANEAMENTO. Disponível em: https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/sc/romelandia. Acesso em: 09 mai. 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA. **Lei Municipal nº 1.990/2012.** Estabelece a Política Municipal de Saneamento Básico do Município de Romelândia e outras providências. Romelândia, 10 de abril de 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA. **Lei Municipal nº 1.991/2012.** Autoriza o Ingresso do Município de Romelândia/SC no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências. Romelândia, 15 de abril de 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA. **Lei Municipal nº 2.231/2017.** Autoriza o Município de Romelândia integrar o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e outras providências. Romelândia, 05 de abril de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA. **Lei Complementar nº 005/2023.** Regulamenta a Política Municipal do Meio Ambiente e o Sistema Municipal de proteção, controle, fiscalização, melhoria da qualidade e licenciamento ambiental, cria o Fundo Municipal do Meio Ambiente, respeitadas as competências da União e do Estado. Romelândia, 22 de junho de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA. **Lei Complementar n°10/2025**. Dispõe sobre a regulamentação para a instalação e uso do sistema 5G no município de Romeândia, SC. Romelândia, 21 de outubro de 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA – SEF. **Movimento Econômico por Setor | Ano base - 2024.**

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO. **Produto Interno Bruto Total e per capita a Preços Correntes – Municípios SC – 2023.** Disponível em: https://www.seplan.sc.gov.br/download/tabela-1-produto-interno-bruto-total-e-per-capita-a-precos-correntes-municipios-sc-2023/. Acesso em: 08 mai. 2026.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **Brasil alcança recorde histórico e fecha 2025 com 9,3 milhões de turistas internacionais**. Brasília: SECOM, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/acompanhe-a-secom/noticias/2026/01/brasil-alcanca-recorde-historico-e-fecha-2025-com-9-3-milhoes-de-turistas-internacionais. Acesso em: 3 jun. 2026.

BRASIL. Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo – Embratur. **Turistas estrangeiros deixam US$ 7,9 bilhões na economia do Brasil em 2025, o maior valor da história**. Brasília: Embratur, 2026. Disponível em: https://embratur.com.br/2026/01/26/turistas-estrangeiros-deixam-us-78-bilhoes-na-economia-do-brasil-em-2025-o-maior-valor-da-historia/. Acesso em: 3 jun. 2026.

BRASIL. Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo – Embratur. **Com mais de 617 mil visitantes em 10 meses, turismo internacional cresce 60% em Santa Catarina em 2025**. Brasília: Embratur, 2025. Disponível em: https://embratur.com.br/2025/11/11/com-mais-de-617-mil-visitantes-em-10-meses-turismo-internacional-cresce-60-em-santa-catarina-em-2025/. Acesso em: 3 jun. 2026.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo em transformação: saiba as 5 tendências que vão guiar as viagens em 2025**. Brasília: Ministério do Turismo, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/turismo-em-transformacao-saiba-as-5-tendencias-que-vao-guiar-as-viagens-em-2025. Acesso em: 3 jun. 2026.

WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL. **Travel & Tourism Economic Impact Research – EIR**. Londres: WTTC, [s.d.]. Disponível em: https://wttc.org/research/economic-impact. Acesso em: 3 jun. 2026.

ANEXOS

1º SEMINÁRIO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO | 13 de novembro de 2025











2º SEMINÁRIO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO | 05 de março de 2026











3º SEMINÁRIO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO | 07 de abril de 2026





RECONHECIMENTO DO DESTINO









RECONHECIMENTO DO DESTINO









RECONHECIMENTO DO DESTINO



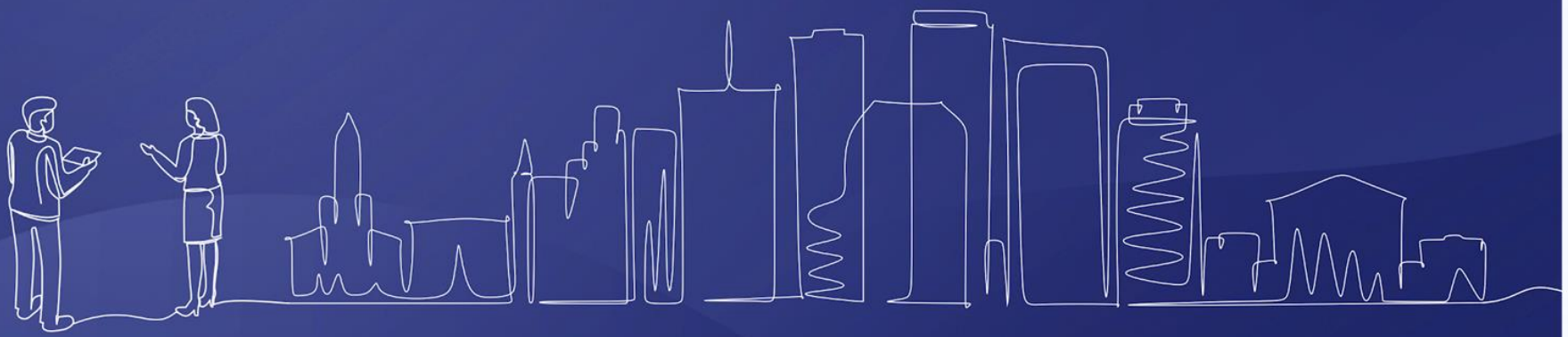






CIDADE EMPREENDEDORA

CICLO 2025/2026



IMPULSIONANDO O CRESCIMENTO COM MAIS OPORTUNIDADES

SEBRAE